

SESSÕES DO PLENÁRIO

37ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de abril de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(57)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Targino Machado comunicando que, por motivo de saúde, esteve ausente nas Sessões dos dias 18, 19 e 20/04/2016.

Do Deputado Paulo Câmara comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 29 e 30/03/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Requerimento:

(Lê) “*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

*Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, Art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma **Sessão Extraordinária**, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o Requerimento de Urgência nº 8.726/2016 para o Projeto de Lei nº 21.625/2015 de autoria do Poder Executivo.*

Sala das Sessões, 26.04.2016.”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, visitantes das nossas Galerias Paulo Jackson, hoje participei de um evento, junto com outros deputados da Casa – Alex da Piatã, Luiza Maia, Joseildo Ramos, Bira Corôa, Gika –, uma inauguração do *Programa Minha Casa Minha Vida*, que destinava 5.300 unidades em seis cidades do Brasil – aqui na Bahia 2.800 unidades. Vi a angústia do povo carente, deputado Gika, em perceber que transita no Congresso Nacional uma tentativa de golpear esses programas.

Observei a intervenção do governador Rui Costa e da presidenta Dilma Rousseff. E, nesse momento, a gente vai ouvindo as pessoas, vai refletindo e verificando como tem uma parte da sociedade brasileira que é perversa com a população, deputado Carlos Geilson, mais carente do povo brasileiro.

No fundo, no fundo, observamos que o que transita, hoje, no Congresso Nacional – eu assistia à sessão especial que aprovou a Comissão do Impeachment no Senado –, o que está em curso é apenas uma tentativa de tirar benefícios do povo mais carente da sociedade brasileira. Não há nenhuma base concreta, legal, que justifique o afastamento da presidenta, mesmo que a sociedade faça uma análise... e as últimas pesquisas de opinião refletem uma avaliação um tanto quanto negativa da presidenta Dilma Rousseff. Mas pasmem cada um de vocês: o IBOPE acabou de fazer uma pesquisa em que 92% da população brasileira entendem que Michel Temer não tem capacidade moral para governar o Brasil.

Qual é a base, deputado Hildécio Meireles, que a gente pode utilizar? Porque agora o presidente da Comissão de Impeachment no Senado rechaçou uma das teses, e apenas uma única tese embasa o pedido de *impeachment* sob a ótica da chamada pedalada fiscal, que foram os juros ao Banco do Brasil. O governo não honrou o compromisso no período, na data exata que deveria fazer. Essa é a única base jurídica,

coisa que todos os governadores do Brasil praticam.

O Sr. Hildécio Meireles:- Vamos cassar todos!

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Quase 90% dos prefeitos praticam!

O Sr. Hildécio Meireles:- Vamos cassar todos!

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Vamos cassar? V.Ex^a seria cassado, se fosse na época em que era prefeito da cidade de Cairu.

O Sr. Hildécio Meireles:- Não! Não! Não!

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Ora, não podemos fazer esse debate aqui! Um debate cruel, injusto, ainda mais por ser coordenado por um corrupto confesso, por uma pessoa que assume as diversas contas no exterior, que está sendo investigada pela Polícia Federal. Essa pessoa não é do meu partido, é do partido de V.Ex^a. Por isso, deputado Hildécio Meireles, a discussão aqui não é uma discussão qualquer.

Sr. Presidente, para encerrar, quero dizer que saí extremamente triste desse evento que participei, por ouvir as lamentações da população carente, que não terá mais o *Programa Minha Casa Minha Vida*. Também fiquei indignado, assistindo à sessão do *impeachment* no Senado, pela falta de embasamento jurídico para tirar uma mulher honesta, séria e respeitada no Brasil e no mundo inteiro.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, colegas da imprensa, concursados da Polícia Civil, concursados agentes penitenciários, vocês que nos acompanham pela *TV Assembleia*, parece até que foi o PT que inventou um programa de habitação popular no Brasil. E o grande programa habitacional com o Banco Nacional da Habitação (BNH)? Era um banco que possuía capital próprio, capital do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço de cada trabalhador brasileiro. E o ex-presidente Collor, equivocadamente, para acabar com a corrupção, promoveu a extinção do BNH.

(Vários deputados conversam fora dos microfones.)

Gostaria de contar com a atenção do meu líder, Sandro Régis, e do meu também líder, Pedro Tavares, do PMDB.

Gostaria de lembrar que o *Programa Minha Casa Minha Vida* vem merecendo críticas das universidades brasileiras. Num levantamento de várias universidades mostrando distorções e mostrando, também, ingerência de prefeituras no programa *Minha Casa Minha Vida*.

Então, se compararmos o programa habitacional do BNH, haveremos de

constatar, com grande facilidade, que as casas tinham mais espaço, a estrutura era outra, a localização era em bairros privilegiados. Diferente de hoje, quando aqueles contemplados ficam distantes, e fica difícil para a prefeitura, para a Coelba, para a coleta de lixo e para Embasa prestarem seus serviços, em função do crescimento desordenado, que este programa acaba estimulando.

Mas o que eu gostaria de falar é que o PT não criou o programa habitacional no Brasil. Interessante, Carlos Geilson, que quem criou foi o governo da ditadura, foi a ditadura militar que criou o Plano Nacional de Habitação com o extinto BNH. Lembrando que nós estamos ouvindo aqueles que pregam dificuldades e dizem que os programas sociais vão acabar.

Quero lembrar que quem criou o Bolsa Família foi Fernando Henrique. Quando ele criou, ele foi duramente criticado. E, para que o governo de hoje continuasse implementando o Programa Minha Casa Minha Vida, os programas sociais e o Bolsa Família, foi necessário que o senador Antônio Carlos Magalhães articulasse a criação do Programa de Combate à Pobreza, criando o Fundo de Combate à Pobreza no Brasil.

Falar que o governo vai acabar com programas sociais é uma precipitação, não traduz a verdade. Quando o presidente Itamar Franco assumiu o governo federal, era um desconhecido, ninguém acreditava nele. E veio Fernando Henrique com a URV e resolveu o problema da economia do Brasil.

Antes da chegada de Michel Temer, eu diria que só com o efeito do impedimento da presidente Dilma, em sua possibilidade, o dólar caiu para R\$ 3,55. O governo da Bahia tomou empréstimos em dólar, o dólar estava a mais de R\$ 4,00. Já caiu para R\$ 3,50, a bolsa subiu, o varejo reagiu. Eu diria que Michel Temer pode até não ter popularidade, e não tem, mas legitimidade tem, porque foi eleito. Se não fosse ele, o PT não estaria governando o Brasil, não o estaria sem o PMDB.

Então, nós queremos lembrar que, se ele não tem popularidade, goza de credibilidade. Tem, inclusive, levado uma palavra no sentido de começar a restaurar o Brasil que o PT desmontou. O PT desmontou o Brasil, faliu o Brasil e vem infelicitando a Nação brasileira com um governo que perdeu a popularidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao deputado José de Arimatéia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, todos que nos assistem através da *TV Assembleia*, policiais civis aqui presentes, agentes penitenciários, quero dizer para vocês que, se depender do nosso voto, vocês já serão chamados para o trabalho, porque nós apoiamos a causa de vocês. Esperamos a sensibilidade do governo do Estado.

Falando em governo do Estado, estive em Brasília, na abertura da Conferência Nacional dos Idosos, que começou domingo e termina na quarta-feira, onde está em discussão a questão da criação do Fundo Estadual do Idoso, que está dentro do Estatuto do Idoso.

No caso da Bahia, vocês que estão nas galerias, nós aprovamos, aqui, a criação das Políticas Estaduais do Idoso, e, até agora, o governo não as regulamentou. Hoje, não existe no Estado da Bahia o Fundo Estadual para o Idoso, porque falta regulamentá-lo. Esse projeto foi aprovado desde o tempo do Governo Wagner, inclusive, a autoria é do próprio governo. Ontem, em Brasília, estavam as comitivas de vários estados, e ficaram todos sem entender por que a Bahia ainda não está obedecendo ao que diz o Estatuto do Idoso. Gostaria de registrar isso aqui. Nós vamos entrar com uma representação junto ao Ministério Público para que a lei possa prevalecer.

Sr. Presidente, hoje, na Comissão de Saúde, nós tivemos uma audiência pública muito importante onde discutimos a questão do saneamento básico e das doenças vetoriais.

(Lê) “A notícia de que o plano de saneamento do Brasil vai sofrer um atraso de, pelo menos, 20 anos é o resultado de um estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Acontece que os gastos para cumprir a meta estabelecida pelo Governo Federal no Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) são insuficientes e necessitariam ser dobrados para alcançá-la.

Um das grandes vilãs do lento andamento de obras no setor de saneamento, tais como canalização de esgoto e implantação de rede de água, é a burocracia, de acordo com o levantamento da CNI.

Sabemos que, na prática, falhas ou ausência de saneamento básico significam prejuízos para todos os atores envolvidos. Se por um lado a população sofre com a proliferação de doenças geradas através de esgotos que correm a céu aberto e poluição dos mananciais, por outro lado, o sistema público de saúde se torna muito mais sobrecarregado, sem contar ainda com empresas dos setores públicos ou privados que sofrem mais ausências de seus funcionários.

Em Salvador, a situação é um retrato do que vive o Brasil. Para cerca de 600 mil habitantes, o esgotamento sanitário é inexistente, um total quase correspondente à população de Feira de Santana, que conta com 610 mil habitantes, segundo estimativa do IBGE de 2014. Isto significa que 19,9% da população vive sem saneamento básico, além de que 80% dos rios estão comprometidos pela canalização de esgotos.

Estas são apenas algumas das informações iniciais.”

Hoje, nós tivemos essa discussão na Comissão de Saúde. Por isso, Sr. Presidente, gostaria de registrar que foi proveitosa essa discussão, porque precisamos ampliar, reconhecer a importância do saneamento básico, porque se existisse

saneamento básico nós não teríamos a dengue, a zika, a chicungunya, que realmente está atacando o nosso estado e o nosso Brasil.

Era isso, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores concursados da Polícia Civil e dos... como é, mesmo?...dos presídios...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputada Luiza Maia, V.Ex^a se equivocou. São os agentes penitenciários.

A Sr^a LUIZA MAIA:- (...) agentes penitenciários. Troquei o nome. É muita coisa.

Sr. Presidente, quero mais uma vez falar para eles, porque inclusive estiveram hoje em meu gabinete e deixaram um documento. Gostaria mais tarde de conversar um pouco com quem esteve presente lá. Na ocasião, estava no ato de entrega das 2.800 casas do *Minha Casa Minha Vida*, na estrada CIA-Aeroporto, com a presença da presidenta Dilma.

Foi uma solenidade importante, que fortalece a militância, que compreende que o golpe que está em curso no Brasil precisa ser interrompido. E as mulheres de vários movimentos populares e sociais, as deputadas Maria, Neusa e Fátima, junto conosco, estivemos lá também, para dar esse abraço e dizer para a nossa presidenta que nós estamos juntas com ela. E que esse golpe hoje em curso no Brasil está se desmoralizando a cada dia e não vai passar.

Deputado Herzem, fiquei sem entender o seu discurso. Não sei que País V.Ex^a vive, para fazer uma fala tão desconectada da realidade, como foi a sua. Isso é para tentar justificar o que as pesquisas dizem hoje: 92% da população brasileira não aceitam Temer e não aceitam Cunha.

Então, essa é a realidade. E essas pesquisas nós sabemos como são feitas. Muitos institutos, principalmente o IBOPE, que na Bahia não tem nenhuma condição moral para divulgar nada... e vemos toda articulação pelo golpe, como se trezentos e poucos parlamentares do Congresso Nacional fossem maior do que 52 milhões de eleitores que votaram em Dilma. A grande maioria da população brasileira não aceita esse golpe que está em curso.

Isso virou piada na imprensa internacional. Não podemos vacilar com isso. Mesmo com toda essa campanha contra o partido, vemos que quando fazem as consultas, como se as eleições fossem hoje, o nosso presidente Lula, constantemente perseguido por eles, está à frente em todas as pesquisas.

Os golpistas estão se desmoralizando cada dia mais. E isso a gente sabe que é a

voz da rua. O que nós sentimos hoje é que, mesmo com o avanço no Congresso Nacional da tentativa do golpe, o povo brasileiro não o aceita.

Continuaremos lutando e dizendo que não vai ter golpe, porque realmente não é possível, não tem cabimento. O que me deixa mais indignada e estarecida é o silêncio do Supremo Tribunal Federal.

Não estou entendendo, deputado Joseildo, o que está acontecendo. Está provado que o Cunha tem contas em paraísos fiscais e que recebeu propina. Contra a presidente Dilma não há uma denúncia, um crime contra ela. No entanto, eles se calam diante dessa situação, e ninguém faz nada. Quero ver até quando o Cunha vai continuar comandando a Câmara dos Deputados, comandando o processo de golpe, junto com o articulador e conspirador maior do golpe, que é o vice-presidente Michel Temer.

Realmente, é um momento difícil e o Brasil não merece isso. Precisamos ficar atentos. Já disse aqui desta tribuna que 64 também enganou muita gente. E V.Ex^a, deputado Herzem, faz defesa de projetos da ditadura militar. Tenha paciência!

O que a ditadura militar fez foi perseguir, matar, desaparecer com muita gente e acabar com a liberdade de expressão e qualquer outro tipo de liberdade. Por isso quero deixar registrado, mais uma vez, o meu repúdio à tentativa de golpe. O Impeachment sem crime é golpe. O mundo sabe disso. O mundo está de olho nessa situação do Brasil.

Agora mesmo está havendo um ato de solidariedade ao Brasil no Uruguai. Vários países da América Latina estão lá reunidos, sendo solidários ao nosso Brasil. A nossa companheira da formação de mulheres do Sindicato da Construção Civil está participando desse ato e mandou fotos e notícias para nós. Então, não vamos facilitar.

Acho que o Brasil não merece o que está acontecendo e o povo brasileiro está reagindo. Não vai ser dessa forma. O que não pode é quem não teve um voto dar o golpe e querer ser o presidente do Brasil.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Eles vão ter que esperar até 2018 para saírem candidatos, porque se não é no voto, é na guerra. E acho que na guerra ninguém está querendo.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, queridos amigos que nos visitam, quem já rezou essa ladainha: (Lê) "Senhor, tende piedade de nós! Cristo, tende piedade de nós! Senhor, tende piedade de nós!"? Isso é uma ladainha. E ela é repetida aqui todas as vezes que um deputado petista sobe a esta

Tribuna. O Brasil inteiro está cansado dessa ladainha: “Não vai ter golpe!”, “Cunha na cadeia!”, “Fora, Cunha!”. Mas ninguém diz: “Fora, Renan!”, que é enecampeão de processos no Supremo. Sabe por que não fala? Porque o Renan está fazendo o jogo da presidente. Hoje ele está reunido com Lula e com Dilma. No dia que ele se posicionar contrário: “Fora Renan!”, “Renan na Cadeia!”. O PT faz o discurso da conveniência.

O PT bateu o recorde de pedido de impeachment. Foi o partido que banalizou o pedido de *impeachment*. Jaques Wagner – que hoje pode voltar a ser da Casa Civil; foi defenestrado; é assessor da presidente; está lá, circulando o Palácio do Planalto –, foi ele que apresentou, por exemplo, um pedido em 1994. Então, o PT banalizou o pedido de impeachment: 50 pedidos nos últimos anos. E agora, fica com essa ladainha.

Meu amigo, minha amiga, vamos buscar outro argumento! O Cunha, hoje, passou a ser o foco dos petistas. Mas ele negociava com a Petrobras graças às benesses do Partido dos Trabalhadores. Hoje, Michel é conspirador. Foi outro dia o articulador de Dilma no Congresso. Ali, ele servia. Foi ele que conseguiu do DEM da Bahia os votos para aprovar projetos importantes recentemente. Agora, é conspirador. Agora, não serve mais. Agora, é incompetente. O PT faz o discurso da conveniência. Por que ninguém ataca Renan?

A deputada Luiza Maia aqui falou de Cunha. É um atrabiliário, é um malandro, é um picareta. Todo mundo sabe. Mas temos que enaltecer – aliás, não é enaltecer, é enumerar – os picaretas que o PT circula, que o PT se vangloria de ter esse apoio ou se vangloriava. Hoje não serve mais. Hoje está descartado. Hoje não faz o seu jogo. Renan faz o jogo.

Você ouviram alguém do PT subir a esta tribuna e dizer: “Fora, Renan!”, “Renan na cadeia!”, “Bandido Renan!”? Não. Renan, hoje, está reunido com a presidente. Está reunido com Lula. Tem portas abertas no Palácio do Planalto. Antes dele entrar, as portas já estão se abrindo. É a conveniência. Então, o PT não bate na corrupção. Bate nos corruptos que lhe são convenientes. E agora é conveniente bater em Eduardo Cunha. Todo mundo sabe que é um malandro. Todo mundo sabe. Mas Renan está sendo preservado. Porém é Renan quem está dando 1 a 0 neles, porque faz o jogo do Michel Temer, faz o jogo do PT e faz o jogo do supremo. Quando teve a votação do *impeachment* na Câmara ele primeiro foi até Dilma, depois foi a Ricardo Lewandowski, depois foi a Michel Temer e está fazendo esse jogo, aliás, ele é o grande *expert* em fazer política no Brasil, está engabelando a todos ao mesmo tempo.

Sr. Presidente, quero falar sobre segurança pública e, em outra ocasião, volto a falar, ainda hoje, para dizer que apoiamos a causa de vocês, a luta de vocês, porque estão corretos. Cobram uma promessa do governador Rui Costa e não estão aqui simplesmente porque vieram para passar tempo, vieram cobrar o que têm de direito e o governador prometeu. Se não tem palavra não prometa, e se prometeu cumpra! Vamos nessa causa, vamos nessa luta de vocês que apoiamos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras presentes neste Plenário, senhoras e senhores funcionários, mais uma vez venho a esta tribuna e vou fazer um esforço para não retornar, meu caro deputado Herzem Gusmão, para vir falar de golpe, porque esse debate de golpe já ficou para trás, não tem mais sentido ficar aqui o tempo inteiro só a falar de golpe, que está errado, que está certo, etc.

Há pouco, aqui, ouvi o deputado Rosemberg Pinto e a deputada Luiza Maia, 2 parlamentares inteligentes, ainda insistindo em imputar a esse processo de impedimento da presidente Dilma a pecha de golpe.

É preciso, caro deputado Joseildo, V.Ex^a que, inclusive, é um jurista, separarmos o joio do trigo. Confesso que, no início, tinha dúvidas com relação a esse processo, porque imaginava que quando um governante atentasse contra a lei de improbidade seria julgado por um tribunal, que lhe imputaria inelegibilidade futura, portanto não caberia o golpe. Mas, me aprofundando um pouco sobre a nossa legislação, vi que há um outro julgamento: o político, no qual é dado o direito ao parlamento de fazer esse julgamento, e, se for o caso, tornar o governante impedido. É o que aconteceu agora.

Na semana passada, elenquei, aqui, uma série de crimes que foram praticados pelo governo da presidente Dilma, e a Câmara dos Deputados, considerando-os naquele momento, por vontade política e por permissão legal, admitiu o processo de *impeachment*, que agora está encaminhado ao Senado onde, de fato, será feito o julgamento.

Portanto, falar aqui em golpe, pelo amor de Deus! Isso já é uma mentira deslavada! Não é possível que vai se continuar tentando ludibriar a consciência dos brasileiros e das brasileiras. Aí, vira o deputado Rosemberg Pinto e diz: como é? Então vamos cassar todos os governadores? Todos que cometerem crime, que atentarem contra a probidade administrativa, se o parlamento tiver vontade política, vão ser julgados e vão de fato se tornar impedidos de continuar governando. Uma coisa, deputado Luciano, é o julgamento político, como V.Ex^a muito bem explicou na semana passada, e outra coisa é o julgamento dos tribunais.

Assim sendo, vamos esquecer essa conversa de golpe aqui. Isso é choro, e agora choro é só no pé do caboclo.

É muita presunção querer dizer que o vice-presidente Michel Temer não tem capacidade para governar, não tem legitimidade para governar. O golpe está sendo praticado por esses que vêm aqui fazer o discurso anticonstitucional, por esses que vêm aqui dizer que Michel Temer é vice-presidente, mas que não está previsto na Constituição Federal que ele assuma o governo no impedimento da presidente da República. Portanto eu acho até que nós da Bancada da Oposição, meu caro deputado

Luciano, não devemos subir nesta tribuna para tratar desse assunto. Parece-me até que a Bancada governista está nos provocando para que esqueçamos dos problemas do nosso Estado. (Palmas)

Eu não entendo a lógica deste governo, um governo que tem nos presídios da Bahia cerca de 630 contratados pelo REDA, 950 terceirizados, e cada um custa aos cofres do Estado cerca de R\$5.600,00 por mês, ao passo que um agente penitenciário irá custar apenas, deputado Carlos Geilson, R\$3.200,00. É essa lógica que nós precisamos entender.

Temos, sim, que ficar de olho no desgoverno que está acontecendo na Bahia, na forma equivocada de governar este Estado, que é imenso, que é grandioso. O governo precisa dar uma resposta a sua população sobre as necessidades que a Bahia tem, a começar pela nomeação dos policiais civis concursados, como também dos agentes penitenciários, para que prestem um melhor serviço à população baiana.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Marcell pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELL MORAES:- Sr. Presidente, colegas deputados, muito boa tarde. Venho aqui, mais uma vez, para me posicionar contra o absurdo que está acontecendo atualmente no Estado da Bahia. O governador Rui Costa insiste em não publicar no Diário Oficial a nomeação dos concursados. São 500 investigadores, 100 escrivães e 170 delegados que passaram num concurso, foram treinados e, não foram chamados. Estamos no século XXI, deputado Adolfo, e isso é um desrespeito. A violência neste Estado atualmente é um absurdo. Chega de subir à tribuna e dizer que há um golpe, porque não há golpe. Vamos parar tudo e tratar desse assunto. (Palmas)

Neste momento a Bahia precisa parar, porque na Bahia inteira são trilhões de assaltos, pessoas morrendo exatamente por isso. Esse número de 770 concursados ainda é muito pouco. Precisamos fazer mais concurso e que o governador cumpra a palavra dele e convoque os aprovados, não podemos deixar pais e mães de família desempregados por conta de vaidade do governador. E que ele não venha dizer que não tem recursos. Que ele comece a cortar os apadrinhados que ele colocou lá. (Palmas)

O primeiro passo que o governador deve dar é cortar os apadrinhados. Um governo do Estado com 24 secretarias! E deixa pais de famílias desempregados e toda a sociedade à mercê dos bandidos. (Palmas)

Deputado Fábio Souto, precisamos, na tarde de hoje, parar. Faço um apelo aos deputados da Oposição e aos do Governo no sentido de que subam a esta tribuna e se posicionem. É golpe!? Não existe golpe. Golpe é o que o governador está fazendo aí. Golpe é o Sr. Rui Costa prometer e não fazer. (Palmas)

Eu quero deixar aqui um registro que o procurador-geral desmarcou uma audiência, já pela segunda vez, com os deputados, o procurador Paulo Moreno. Paulo, precisamos de respeito. A Procuradoria, deve estar uma bagunça, Paulo Moreno. Deve estar uma bagunça. Se não está recebendo os deputados para tratar de assuntos que interessam à população, é preciso que o governador reveja quem coloca em seus quadros. E deixe de ficar apadrinhando pessoas e deixando outros desempregados.

Então esse é meu apelo na tarde de hoje, essas pessoas que estão aqui disputaram 770 vagas com 45 mil pessoas. Eles passam num concurso, foram treinados, estão na expectativa e não são chamados, por conta de irresponsabilidade do governador do Estado, irresponsável. Isso é uma irresponsabilidade, o governador Rui Costa além de fazer uma péssima gestão é um irresponsável de deixar pai de família e toda a sociedade a mercê dos bandidos aí, porque são menos 770 pessoas capacitadas para cuidar da segurança dos baianos.

Esse é meu apelo, saudações ecológicas e vamos todos lutar, e que o governador acorde o quanto antes para nomear essas pessoas que são pais de família.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto do orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Bira Corôa pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores servidores, senhoras servidoras desta Casa, senhores visitantes, aqui, nesse momento, na condição de concursados do Estado da Bahia, senhores e senhoras da Imprensa, Sr. Presidente, primeiro eu destaco um aspecto interessante que está sendo debatido e discutido na tarde de hoje. O deputado Herzem Gusmão, na sua fala, tentando trazer um histórico que provou claramente desconhecer, do histórico da habitação no Estado da Bahia e no Brasil, quando ele tenta trazer o sistema BNH como o maior programa habitacional desse país, desmerecendo o maior programa habitacional do mundo na atualidade, que é o *Minha Casa Minha Vida*.

Primeiro dizer a ele que eu sou mutuário do sistema BNH, posso falar por dentro desse processo, porque ainda, no início da década de 80, quando me habilitei para comprar meu primeiro imóvel, tinha que ter renda comprovada, e eu tinha quase o dobro ou mais do dobro da renda exigida, e exigiu ainda ter a necessidade de dois avalistas ou dois fiadores. Diferente do programa que é hoje, que atende a população de 0 a 03 salários mínimos com dignidade e com respeito. E eu digo com dignidade e com respeito porque como mutuário do sistema BNH, quite com o sistema BNH há 29 anos, e não tenho os documentos de propriedade, porque o sistema foi tão irresponsável e inconsequente que, sequer, regularizou o terreno onde foi edificado.

E não é um caso. A Bahia inteira e o Brasil inteiro vive esse dilema, casos conduzidos a partir do sistema BNH e da Urbis, conseqüentemente não atende aos

seus usuários, porque a irregularidade e a irresponsabilidade eram presentes. Diferente do que a gente vivencia hoje, que ao ser entregue um imóvel a regulamentação dele está contida e a Caixa Econômica assume total responsabilidade. E isso é bom que possamos confrontar, até para esclarecer o nobre deputado. E em números eu não vou nem citar, porque assustadoramente o Minha Casa Minha Vida bate todos os outros programas já apresentados no nosso País. Então, conseqüentemente, talvez seja um desconhecimento, quero respeitar a posição do nobre deputado, aqui colocada, mas pontuo para um esclarecimento do plano e das ações.

Assim também, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, dizer que nesta Casa está em curso a discussão do Plano Estadual de Educação, no qual, representando esta Casa, na condição de representante no Fórum Estadual de Educação, participei de inúmeros debates e discussões na construção desse plano, deputado Joseildo, que não é um plano do governo, é um plano produzido pela sociedade baiana, com a participação dos setores organizados da educação, com a participação da sociedade civil organizada e da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, um plano que traz para esta Casa um projeto e uma proposição de ação por 10 anos da educação do nosso Estado.

Então, quero, reiteradamente, afirmar o meu compromisso e defender esse plano na sua totalidade, porque não há nesse plano nada que venha ferir princípios éticos e morais e, conseqüentemente, de avanço social do nosso Estado. Por isso me posiciono claramente que é uma das matérias mais importantes.

E quero fazer um alerta, nobre deputado Joseildo, à não aprovação desse plano, penaliza os municípios, porque deixam de participar dos recursos federais, exatamente pela não regulamentação do Plano Estadual de Educação.

Então, chamo a atenção também da responsabilidade dos pares para com os 417 municípios do nosso Estado que dependem dessa regulamentação para poderem acessar recursos para a educação.

Então, estamos discutindo e debatendo uma ação de inteira responsabilidade da sociedade baiana e que é de responsabilidade e condução desse poder egrégio constituído, que é a nossa Casa Legislativa.

Por isso, fazemos questão de reafirmar, aqui, meu compromisso com o programa e o projeto que está nesta Casa. E que não chegou ontem, está aqui desde o ano passado, tempo suficiente para debatermos, discutirmos, concordarmos ou discordarmos.

Portanto, é hora de apurarmos os recursos e votarmos, garantindo os direitos constitucionais da sociedade baiana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Grande Expediente.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, para uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana, para uma comunicação inadiável.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, inicialmente, eu queria aproveitar a oportunidade para parabenizar o aniversariante do dia, o deputado, presidente desta Casa, Marcelo Nilo. Desejo-lhe saúde e sucesso. (Palmas)

Sr. Presidente, o motivo da minha comunicação inadiável é um assunto específico: o Hospital Regional de Juazeiro.

Deputado Alan Sanches, nós, aqui, juntos, lutamos neste Plenário por uma boa administração do Hospital Regional de Juazeiro e nos comprometemos com a população do Vale do São Francisco, no ano passado, de ficarmos atentos à nova empresa que assumia o hospital.

O IMIP foi a empresa anterior a esta nova, que assumiu agora, que é a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Castro Alves. O que acontece? Hoje, as matérias jornalísticas com as reclamações que vêm do Vale do São Francisco mostram o seguinte: o motivo da paralisação é a falta de pagamento dos salários da categoria nos meses de fevereiro e março deste ano. Ou a Secretaria da Saúde não está fazendo o repasse ou a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Castro Alves não está pagando aos médicos.

Esta Casa foi alertada no ano passado, e não podemos permitir que a população do Vale do São Francisco fique sem o Hospital Regional de Juazeiro funcionando e prestando bons serviços à nossa região do Médio São Francisco.

Então, fica aqui a minha manifestação, o meu chamado de atenção a esta Casa Parlamentar. Não podemos permitir que o Norte do Estado, que já é tão desprivilegiado por parte desse governo, fique agora, também, sem a assistência à saúde por parte do Hospital Regional de Juazeiro.

E aproveito, também, para comunicar que o procurador-geral do Estado adiou, mais uma vez, a reunião que teríamos amanhã com ele para tratarmos da nomeação dos policiais civis e dos agentes penitenciários. Mas vamos ficar aguardando a nova data a ser marcada pelo procurador. E não vamos desistir da luta, não vamos recuar um milímetro sequer até que todos sejam nomeados no *Diário Oficial*.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Grande Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos assistem e que nos ouvem, principalmente pela *TV Assembleia*, concursados da Polícia Civil, agentes penitenciários, todos os deputados aqui entendem a necessidade da convocação. Vocês têm o apoio desta Casa toda e isso será feito com responsabilidade. (Palmas)

Mas, Sr. Presidente, algumas colocações de alguns oradores da Oposição que me antecederam foram pontuadas. E me chamou a atenção, causou-me espécie a afirmação, em minha opinião, um pouco destoante da realidade, deputada Maria del Carmen, afirmação do deputado Herzem Gusmão. Certamente ele estava com a melhor das intenções e recorreu à história recente do país e cravou o entendimento de que o governo Lula e os dois governos Dilma não estrearam um programa novo.

A Srª Maria del Carmen:- V.Exª me permite um aparte?

V.Exª me permite um aparte?

Darei os apartes a V.Exªs.

(...) Minha Casa, Minha Vida. Não era uma estreia, porque tínhamos o Banco Nacional de Habitação. Naquela época da Ditadura, nos tempos sombrios, a população sempre esteve à margem do processo de governança deste País. Observe-se, assim, que houve uma comparação, a intenção foi entendida, mas a comparação está de maneira abissal distante da realidade.

O nosso colega deputado Bira foi mutuário do Sistema Nacional de Habitação, naqueles conjuntos residenciais. Certamente ficou inadimplente, deputado Herzem, porque a correção monetária daquela época inviabilizava o pagamento, já que o trabalhador estava com o salário, normalmente, atrás da correção...

O Sr. Herzem Gusmão:-V.Exª me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Com um pouquinho de calma V.Exª terá a vez de contra-argumentar.

(...) Então V.Exª estabeleceu uma semelhança que não há.

É bom que todos ouçam que hoje eu testemunhei a entrega de mais de duas mil unidades habitacionais para sete mil e tantas pessoas, aqui em Salvador. E cada apartamento, excelente apartamento com toda infraestrutura, inclusive, tratamento de esgotamento sanitário, água, energia, ciclovias, área de lazer, área para esporte. Onde já se viu isso nos antigos programas do BNH? Quando tivemos essa notícia no passado? Não há base de comparação. Cada um desses apartamentos, deputada Maria del Carmen, e é sua base de atuação, custa 60 mil reais. E a prestação média de cada um dos que asseguraram suas residências será de 50 reais. Por ano isso dá 600 reais, por dez anos dá 6 mil reais.

Portanto quem ganha um apartamento de 60 mil sabe que em dez anos vai pagar 6 mil reais, 10% do valor. Onde está a semelhança? Posso mostrar a V.Exª vários conjuntos residenciais dessa época lá no município de Alagoinhas. Agora estão colocando à disposição desses conglomerados urbanos a infraestrutura necessária até

o momento, porque não havia. Não era um programa de habitação que respeitava a nossa gente.

Ora, quem paga os 54 mil restantes? São os impostos que a sociedade paga e esse dinheiro vai na direção de quem mais precisa. Imposto todos pagam ao todo e sempre, mas só agora o imposto que é pago pela sociedade vai na direção da inclusão social. Essa é a grande diferença, deputado Herzem. Apenas estou apontando essa diferença.

O Bolsa Família, hoje, atende a mais de 50 milhões de brasileiros. O Bolsa Escola era um bolsa calça curta que atingia no máximo a 5 milhões de pessoas. Era muito pouco. E muito antes de se dizer que era algo assistencialista, é um processo do Brasil inclusivo, gerando oportunidade, renda, capilaridade, exatamente na direção dos que mais precisam.

Portanto não há semelhança.

E é bom, também, que exercitemos a nossa memória. O Fernando Henrique Cardoso, ao longo dos seus dois mandatos, quebrou este País três vezes, os indicadores macroeconômicos que temos, hoje, mostram isso. Estamos nos queixando, e a bem da verdade é preciso que nos queixemos, que a taxa de desemprego cresceu, deputado Herzem, e isso nos incomoda. Ela está em torno de 10%, dez vírgula alguma coisa, mas no final do governo de Fernando Henrique Cardoso estava beirando 19%. Quantas eram as reservas em moeda forte deste País? Temos lá quase US\$400 bilhões. Naquela época, não tinha nada. Tinha uma dívida externa impagável. Então, em termos de comparação, por favor, acho que não precisamos fazer isso.

O Sr. Herzem Gusmão:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Já ia fazer isso, V.Ex^a está numa agonia! Gosto de ouvir V.Ex^a, na realidade, é uma satisfação muito grande. Ouço com muita atenção.

O Sr. Herzem Gusmão:- Deputado, quero agradecer o aparte, gosto de debater com V.Ex^a, porque esta Casa tem grandes parlamentares e reconheço em V.Ex^a a sua capacidade e seu discernimento sobre os problemas do País.

Mas veja bem, deputado, falo com conhecimento, porque fiz um curso na Enhap, Escola Nacional de Habitação e Poupança, no Rio de Janeiro. Lembrando para a colega, simpática deputada Luiza Maia, que não estou fazendo apologia à ditadura. Disse Ulysses Guimarães: “Tenho ódio e nojo da ditadura.” Apenas citei, e é verdade, que o Sistema Nacional de Habitação nasceu no governo militar, na década de 60. Não estou aqui fazendo apologia à ditadura, longe disso. Nasceu lá, na década de 60, e o deputado sabe disso. Então, deputado, o Sistema Financeiro de Habitação, da década de 60, tinha as seguintes tabelas: SAC, a tabela francesa *Price* e a tabela mista. Quando o gerente do banco, e eu fui gerente da Casa Forte, orientava o mutuário a escolher uma tabela, por exemplo, o SAC – Sistema de Amortização Constante, quase sempre a Caixa Econômica Federal ou o Banco Econômico, naquela época, fazia uma carta para o mutuário dispensando o pagamento, porque a prestação

ia reduzindo, diminuindo. A depender, deputado, se escolhesse, por exemplo, a tabela mista ou a tabela *Price*, o saldo devedor – e o deputado se lembra – ia crescendo, se agigantando, e o mutuário perdia o controle. Dependia muito da tabela, mas era um sistema belíssimo. Outro detalhe, deputado, não sou eu que estou fazendo crítica ao Minha Casa Minha Vida, se pesquisarmos, várias universidades brasileiras apontam distorções que podem, inclusive, ser corrigidas.

Muito obrigado pela sua gentileza, deputado que gosto, por quem tenho carinho e gosto de debater. Deputado de Alagoinhas, já soube que será o futuro prefeito de lá.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Deputada Maria del Carmen, V.Ex^a tem o aparte.

A Sr^a Maria del Carmen:- Deputado Joseildo, V.Ex^a traz um tema importante. Hoje, pela manhã, estivemos participando da entrega de mais de duas mil unidades habitacionais na área de Coração de Maria e Lagoa da Paixão. Naquele momento, não foram entregues somente essas unidades à população daqui da Bahia, foi uma entrega conjunta. Em vários outros locais do Brasil, em diversos outros municípios e estados do Brasil, de norte a sul, também foram entregues, hoje, mais de 5 mil unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida.

Mas eu queria me referir, deputados Joseildo e Herzem Gusmão, que também tocou no assunto, ao Programa Minha Casa Minha Vida dizendo que é a primeira experiência, a primeira execução de habitação voltada para a habitação de interesse social. É o primeiro programa assim, já que o anterior, mantido pelo antigo BNH, era voltado para quem ganhava acima de 3 salários mínimos. Contradizendo V.Ex^a, deputado Herzem, quero ressaltar que o Minha Casa Minha Vida atende de 0 a 3 salários mínimos prioritariamente, indo até 10 salários numa faixa crescente, e está sendo subsidiado pela primeira vez. Mas a prioridade absoluta dele é exatamente para quem ganha de 0 a 3. Portanto, é único, e esta é a primeira vez que acontece no Brasil, repito, um programa assim subsidiado. Talvez sejamos um dos poucos países no mundo inteiro onde há a decisão política de fazer o investimento de fato em habitação de interesse social, que aconteceu após o presidente Lula ter tomado a iniciativa de criar o programa.

E agora, com o lançamento do Minha Casa Minha Vida 3, nós vamos ultrapassar 5 milhões de unidades habitacionais, chegando quase a 6. Então, esperamos que o programa tenha continuidade para que outros brasileiros e brasileiras tenham a sua casa própria. E são as mulheres que têm a prioridade de receber as delas. Hoje vimos a alegria e a felicidade estampada no rosto de tantas pessoas, porque inclusive, deputado Herzem, se avança no processo de construção das unidades habitacionais.

Eu trabalho nesta área há muitos anos. Cajazeiras é um exemplo de programa implantado através do BNH, mas não estava dirigido à população que não tem acesso à habitação nem carteira assinada, o que era inclusive obrigatório naquele tempo lá do Banco Nacional da Habitação. Então, como ficavam os demais que não tinham acesso, deputada Fabíola Mansur? - que chega aqui agora para ficar conosco. Não era possível ter acesso à habitação, o que criou muitos problemas nas nossas cidades.

Salvador é um exemplo disso, porque o que sobrou para essa população que não tinha renda nem carteira assinada foi viver onde? Nas encostas íngremes e nos fundos dos vales, arriscando-se a cada vez que chove, já que o deslizar das terras pode atingir as pessoas e provocar mortes, acidentes fatais. E no fundo dos vales, a cada chuva mais forte, as casas inundam e diversas famílias perdem todos os seus objetos - muitas vezes até a vida!

Esse exemplo faz com que atualmente seja ainda mais necessário um programa de estabilização das encostas. O governador Rui Costa vem fazendo-o na nossa capital e em Candeias com recursos do governo federal, que permitem que muitas famílias possam viver hoje enfrentando as chuvas fortes que virão agora no próximo inverno sem o risco de sofrerem com o deslizamento das suas casas nem de verem alguns dos seus familiares perdendo até a própria vida.

Então parabéns, deputado Joseildo, pelo seu pronunciamento nesta tarde.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Acolho o aparte de V.Ex^a e considero respondidas as questões do debate que tivemos agora há pouco com o deputado Herzem.

Mas é preciso pontuar um outro momento da discussão que quero trazer neste instante, pois em várias situações havia - e não estou ouvindo mais - um verdadeiro mantra dos deputados da Oposição: “Vamos ouvir as vozes da rua! Ouçamos as vozes da rua e vamos convergir para o *impeachment* da presidente.”

Não somos nós, isoladamente, que estamos a denunciar que não haverá um *impeachment*, e sim um golpe, porque sem a caracterização técnico-jurídica do crime de responsabilidade não se coloca em tese o *impeachment*. Assim, como disse o deputado Hildécio Meireles, o julgamento será um julgamento político de uma Casa que é política. Mas sem o balizamento técnico-jurídico da existência - porque já existe tipificação pra isso - do crime de responsabilidade é golpe. Sem ele, é golpe!

Repito que não somos nós isoladamente a dizer que está em curso um golpe no Brasil. A imprensa internacional inteira e grande parte dos mais importantes agentes da mídia estrangeira estão vociferando, estão colocando como pauta ordinária cotidiana que o Brasil está operando um golpe! Um golpe parlamentar! É a imprensa internacional constrangendo a *Rede Globo*! Por quê? O ator José de Abreu, em pleno programa do Faustão - confesso conservador que deu espaço para que ele se posicionasse -, falou claramente contra o golpe!

Mas não é só isso! Ouçamos as vozes da rua! O que elas estão dizendo? *O Vox Populi* fez uma pesquisa no dia 12 de abril, ou seja, há 13 ou 14 dias. E o que é que se viu nas ruas? A Oposição - leia-se boa parte do PMDB, PSDB, DEM, PPS - não conseguiu galvanizar o sentimento da população que foi às ruas, nem aquela pró-*impeachment* nem aquela contra. Por quê? Porque nós estamos operando algo que será difícil de cicatrizar na história da política nacional.

Lá atrás, quando houve o *impeachment* de Collor, havia uma convergência entre quase 100% da classe política - praticamente toda ela - e o sentimento da

população de que aquele *impeachment*, aquele julgamento político teria o seu lugar. Hoje, não! O Brasil tá dividido! E, estando dividido, é preciso que continuemos a ouvir as vozes dos deputados oposicionistas de que é preciso seguir as vozes da rua. O custo internacional e institucional e a certeza da inconstitucionalidade fizeram convergir toda a imprensa internacional.

Olhem bem, os que apoiavam o *impeachment* eram 70%. O índice caiu para 57%. Os que não apoiavam eram 43%. E, destes, 40% eram contra. Os que não queriam o *impeachment* eram 36%. E agora a *Rede Globo*, juntamente com o IBOPE, a CNI, mostra que 62% da população - Olhem bem, ó, 62%! As vozes da rua! - querem eleições gerais. Não querem a Dilma nem querem o Temer! Querem eleições gerais! Olhem uma outra coisa interessante: 25% das pessoas que foram entrevistadas acham que Dilma não pode e não deve sofrer o *impeachment*. Apenas 8% concordam com o *impeachment*.

Logo, tem alguma coisa errada, pois as vozes da rua, numa velocidade jamais vista em todos os tempos - as vozes da rua! -, modificaram, deputado Zé Raimundo, os seus humores! E hoje as ruas já se posicionam claramente contra o golpe! E a tese do golpe já é acompanhada pela maioria dos juristas responsáveis deste País.

O Sr. Zé Raimundo:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- V.Ex^a tem o aparte, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Nobre deputado Joseildo Ramos, colegas deputados, acho que este momento de crise econômica, política e das instituições tem de nos ensinar muito. E a todos nós! Se de fato os partidos, as lideranças e os movimentos sociais querem contribuir para repensar este País, para modificar uma séria de estruturas arcaicas, superadas historicamente mas que estão ainda em vigência, deve-se debruçar e ter a coragem de avançar.

O nosso grande pecado, do presidente Lula e do nosso partido, foi o de não ter feito uma grande reforma no período entre 2004 a 2006 ou mesmo depois, durante o segundo mandato do presidente Lula.

Infelizmente, a pressão, a chantagem dos aliados e aquele jogo de empurra do Congresso Nacional impediram que se fizesse uma grande reforma política para avançar a democracia e reduzir o peso de estruturas obsoletas. Infelizmente, isso não foi feito.

Acho ser este o momento. E o desenho que se coloca hoje, independente deste momento, seria uma constituinte antes das eleições de 2018 ou agora, como as ruas estão dizendo aí. Seria uma constituinte para reformar os partidos, para reformar as Casas Legislativas, as Câmaras de Vereadores incluindo, até mesmo, o Judiciário e outras instituições que ficam no silêncio usufruindo do mundo da política.

Por isso, V.Ex^a traz um tema muito importante e um debate fundamental, porque as vozes das ruas e o eleitorado estão dizendo que, apesar de tudo o que a mídia fez, o Lula ainda está em primeiro lugar; a Marina, em segundo; e

desapareceram o PSDB e o PMDB.

Portanto, este é um momento muito sério para todos nós.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Agradeço o aparte de V.Ex^a e peço a sua inclusão em nosso pronunciamento.

Observem, senhores, hoje estamos em uma encruzilhada, qual seja, opera-se este golpe traumático em nossa jovem democracia.

O que virá depois em um País, claramente, dividido?

Quanto às vozes das ruas, ouçamos.

No Brasil, não há consenso sobre este tema. O Brasil está sendo visto de uma maneira deplorável ante aquele espetáculo dantesco e circense que aconteceu no último dia 17 de abril. Foi um verdadeiro carnaval de insensibilidade, destoando daquilo que é mais caro para a nossa jovem democracia.

Então, isso é brincar com o povo! Inclusive, é importante que todos nós saibamos.

Cadê? Quais foram os louros? O que o PSDB, os tucanos, os “coxinhas” obtiveram com este ativismo?

Nada! O Aécio Neves nem sequer, nas últimas pesquisas, está aparecendo como candidato com algum nível de viabilidade eleitoral! Depois de toda esta situação, passa-se a ser um adereço, pois estão brigando se vão apoiar ou não um suposto governo do PMDB e estão brigando porque estão sem saber o que fazer.

Então, é preciso estabelecermos este debate com firmeza e com critério. E é preciso dizer, em alto e bom som, que só existe uma palavra para definir o que está acontecendo neste País: *impeachment*, sem as condições técnico-jurídicas para caracterizar crime de responsabilidade, é golpe! Digo isso embora o *impeachment* esteja previsto na Constituição nacional.

Inclusive, o Supremo Tribunal Federal só está tratando das formalidades, pois não está descendo ao cerne da discussão e não argumenta se existe a presença ou a ausência do crime de responsabilidade. Assim, vão pagar caro para a história, porque estão trabalhando como Pilatos trabalhou na história.

Assim, eu queria deixar, aqui, este registro.

Eram estas as nossas considerações, Sr. Presidente!

(Não foi revisto pelo orador e nem pelos apartes.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade de

V.Ex^a estar, neste momento, presidindo esta sessão para fazer uma questão de ordem acerca de uma situação que me preocupa muito no que trata da tramitação de projetos nesta Casa.

Veja, quanto a este assunto, eu, sempre, venho questionando e buscando a solidariedade da Mesa e da Presidência para que possamos evitar que o Regimento Interno seja, constante e invariavelmente, ultrapassado pelo governador do Estado, através do Executivo, na condução dos projetos de urgência.

Veja bem, o parágrafo único do art. 180 do Regimento Interno diz que somente 1/3 dos projetos enviados pelo Executivo devem ser apreciados em regime de urgência.

Ora, o que o governador tem feito?

O governador tem enviado os projetos em número para que isso seja atendido e, assim que as urgências são aprovadas, o governador retira os projetos sem qualquer justificativa plausível, como retirou, durante esta semana, 10 projetos que estavam aqui depois de aprovadas as urgências que ele queria para, depois, reenviá-los a esta Casa.

Isso tem sido de costume. Às vezes, não se modifica nem uma vírgula no projeto. Às vezes, modifica-se uma palavrinha para justificar o reenvio. Já que se fala tanto em golpe no País, entendo isso como um golpe ao Regimento Interno.

Qual o sentido da norma constante aqui no Regimento Interno? É termos um limite de projetos a serem apreciados em regime de urgência que é 1/3; logo, 2/3 teriam que ser apreciados em regime normal. No entanto, o governador tem usado deste artifício invariavelmente.

Nós estamos ferindo, neste artigo, a lógica, o pensamento e o espírito contidos aqui neste parágrafo.

Por isso, pediria a V.Ex^a, mesmo que não fosse apreciada neste momento esta questão de ordem, ou se quiser apreciar esta questão de ordem seria melhor, mas que V.Ex^a levasse à Mesa e tivesse um normativo a respeito disso para que o espírito aqui contido seja preservado nesta Casa e o golpe não seja aplicado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, as ponderações de V.Ex^a são válidas. Na realidade, é um artifício que o governo usa, mas dentro do Regimento. Mas vou estudar com calma o assunto que V.Ex^a traz. Mas, realmente, o Regimento está sendo cumprido. Agora, reconheço que é um artifício.

Srs. Deputados, há dois assuntos que eu gostaria de passar para a plenária.

Gostaria de informar aos concursados da Polícia Civil que estive ontem com o governador Rui Costa e conversei com ele sobre o concurso da Polícia Civil. Ele me disse que já fez uma consulta ao TCE e está aguardando a decisão do TCE para poder nomear os concursados. Ele disse a mim que se o TCE autorizar a contratação dos

policiais, ele o fará imediatamente.

Toda a Bahia sabe que ele já ultrapassou o limite prudencial. Mas a lei dá uma brecha. Por exemplo, há pessoas que pediram demissão ou há pessoas que vieram a óbito ou, ainda, há pessoas que, por qualquer outro motivo, deixaram o serviço público. Logo, esses podem ser substituídos; mas não diz o período.

Então, ele consultou o TCE e conversou inclusive pessoalmente com o presidente do TCE. Portanto, o governador está dependendo, exclusivamente, do Tribunal de Contas do Estado para poder chamar os concursados. Isso, ele me disse em alto e bom som: “Se o TCE autorizar a chamar x, eu chamarei x. Se o TCE autorizar a chamar y, chamarei y.”

Se o prazo é a partir de dezembro ou a partir de dois ou três anos atrás, isso não está claro na lei. Então, ele consultou o TCE. V.S^{as} gostam de pressionar positivamente; o que acho justo, correto e positivo desde que seja dentro do respeito e do convívio democrático. Diga-se de passagem, todos vocês, presentes nas galerias, têm feito este tipo de pressão; o que acho muito positivo. Afinal de contas, nós vivemos em um regime democrático. Então, este assunto está dependendo, exclusivamente, do TCE.

Com relação aos agentes penitenciários, eu não conversei com o governador. Eu não sabia, pois ninguém me procurou sobre este assunto.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os agentes não me procuraram. Não. Ninguém me procurou. Eu estou dizendo que não procuraram a mim. No entanto, eu os convidei ontem para conversar. Eu os convidei. Convidei o policial civil. Mas não tinha ninguém aqui ontem. Convidei, também, os agentes que foram conversar comigo. Eu não conversei com o governador ainda sobre os agentes.

Hoje, eu estive com o governador ainda sobre os agentes.

Hoje, eu estive com o governador em um evento público e não deu para conversar sobre o referido assunto. Quando tiver a oportunidade, conversarei e trarei a posição do governo. Obviamente, o governador respeita muito este Poder e, por outro lado, respeitamos o governador. Cada um na sua área, mas todos harmônicos e integrados.

O policial civil está informado.

A respeito dos agentes penitenciários, eu, ainda, conversarei com o governador e, se for possível, amanhã.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, quero me manifestar com relação a este assunto. Digo isso porque tenho conversado, constantemente, com alguns deputados

da Oposição e com os policiais. Estamos no aguardo de uma audiência com o procurador-geral do Estado.

O que entendemos, Sr. Presidente, é que o governo tem total condição, hoje, de convocar o número de vagas do concurso de 2013 mais os óbitos e as aposentadorias. Isso significa dizer que contrataríamos todos os policiais civis e, ainda, teríamos uma deficiência quanto ao número que o Estado da Bahia necessita; dito pela própria Polícia Civil.

Somos unanimidade nesta Casa. Os 63 parlamentares, tanto da Oposição quanto do governo, entendem que o governador deve nomear imediatamente os agentes penitenciários e os policiais civis.

Gostaríamos de que V.Ex^a, como presidente deste Poder, fosse o porta-voz desta Casa Legislativa junto ao governo do Estado.

V.Ex^a perceba que este concurso da Polícia Civil foi em 2013. Então, a luta deles não vem de hoje mas vem de muito tempo. Chegou a um momento, Sr. Presidente, que esta Casa precisa falar, diretamente, com o governador. Ninguém melhor do que V.Ex^a, pelo cargo que ocupa de presidente desta Casa, para ser o porta-voz. Somos uma unanimidade. Já houve diversos deputados do Partido dos Trabalhadores e da Oposição que subiram à tribuna e cobram do governador esta nomeação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a, agora, é o homem indicado para ajudar os policiais civis. V.Ex^a tem um pai conselheiro do TCE. Então, peça-lhe para ajudar a agilizar a decisão.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estou brincando com V.Ex^a. Estou brincando com V.Ex^a. Ouça! Desculpe-me a brincadeira. Tenho muito respeito pelo TCE e pelo pai de V.Ex^a que é conselheiro, aliás, foi ele, também, um grande presidente desta Casa. Estou, apenas, brincando. V.Ex^a podia pedir...

O Sr. Adolfo Viana:- Não cabe brincadeira em um tema como este, não é presidente? (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Peço desculpas a V.Ex^a.

O Sr. Adolfo Viana:- Este é um assunto sério. Na condição de ter um pai conselheiro do Tribuna de Contas, pode ter certeza de que não procurarei o meu pai, procurarei o conselheiro do Tribunal de Contas, Antônio Honorato, e procurarei o presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. (Muitas palmas.)

Este é um assunto que tenho tratado com muita responsabilidade e com muita seriedade. Tenho sido cobrado pelos quatro cantos do Estado da Bahia. Logo, não posso, neste momento, deixar de pedir a V.Ex^a, como presidente da Assembleia Legislativa, ser o porta-voz desta Casa junto ao governador do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, peço desculpas a V.Ex^a. Foi

uma brincadeira pela relação que temos. Conheço o conselheiro Antônio Honorato e sei que ele foi presidente desta Casa Legislativa. Diga-se de passagem, estive com ele durante esta semana. Tenho certeza de que V.Ex^a tem a honra de ter o pai como conselheiro. Soltei uma brincadeira e peço a V.Ex^a desculpas.

V.Ex^a tem relações no Tribunal de Contas e poderia pedir aos companheiros, porque pedirei ao presidente Inaldo para agilizar a decisão. Se for contra ou a favor, não nos compete. Mas pediremos ao TCE tomar a decisão para o governador ficar embasado em sua própria decisão. (Palmas)

Peço desculpas a V.Ex^a.

O Sr. Adolfo Viana:- As desculpas estão aceitas. V.Ex^a goza, realmente, da amizade e da intimidade que tem comigo. Mas tenho de fazer o meu papel de parlamentar no plenário e defender os interesses dos baianos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, com certeza. Não, com certeza.

O Sr. Adolfo Viana:- Farei com V.Ex^a a mesma cobrança. Eu me ausentarei desta sessão e irei ao Tribunal de Contas para conversar com os conselheiros nesta tarde ainda. (Muitas palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está vendo que a brincadeira surtiu efeito?

Srs. Deputados, o segundo assunto é o seguinte. Conversei com o Líder da Oposição, deputado Sandro Régis, e conversei com o Líder do governo, deputado Zé Neto. Diga-se de passagem, quanto a esta sugestão, foi o próprio deputado Zé Neto quem me deu ontem e hoje.

A sugestão é a seguinte. Não votaremos a urgência hoje. Convocarei uma comissão conjunta para terça-feira para votar o Plano Estadual de Educação nas comissões pertinentes, e votaremos aqui, na quarta-feira, o projeto. Combinado?

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Presidente, primeiro, como acho que o Plano Estadual de Educação é um plano para longo prazo, gostaria que V.Ex^a convocasse a comissão o mais cedo possível, para que todos os parlamentares tenham condição de debater e saber o que irão votar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem, concordo plenamente.

O Sr. Sandro Régis:- E se, porventura, no horário regimental, não se tiver chegado a um consenso, ou todos os deputados inscritos não tenham ainda expressado sua posição sobre o plano, que se volte à sessão ordinária, que se derrube, que voltemos para a comissão, se for necessário, para que esse plano seja debatido à exaustão.

Esse plano não é questão de Oposição nem de governo. Vamos votar o plano de

educação para longo prazo, para todos os nossos Estados. Esta Casa só pode votar esse plano quando ele estiver maduro para todos os parlamentares.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, defiro a questão de ordem. Vou convocar para as 8h30min, na próxima terça-feira, e se der 14h45min, por consenso, já que é uma proposta de V.Ex^a, suspendemos a sessão ordinária...

O Sr. Joseildo Ramos:- Melhor às 9 horas. Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, 8:30h Deputado Sandro Régis, a Oposição dará quórum? Quórum às 8:30h não é uma coisa fácil. Melhor às 9:30h.

O Sr. Sandro Régis:- Não tenho obrigação de dar quórum na comissão.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sandro, líder?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Como é objeto de acordo do nosso líder, tenho uma sugestão, como presidente da Comissão de Constituição de Justiça. A Oposição e a Situação estão convergindo para aprofundar a discussão. Acho que marcando às 9h...

O Sr. Sandro Régis:- Tudo bem, 9 horas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos fazer o seguinte, convocado para as 9h, com tolerância até às 9:30h. Deputado Sandro Régis, deputado Joseildo Ramos, que é o presidente da comissão, vou convocar para 9h, mas com tolerância até às 9:30h. Se já houver quórum às 9h, V.Ex^a começa. Tudo bem?

Srs. Deputados, hoje vamos votar os oito projetos de utilidade pública, vamos votar o projeto do Poder Judiciário, que vou colocar o deputado Nelson Leal como relator, e também o de Climério de Oliveira...

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Os projetos dos deputados ficaram de ser votados na quarta-feira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, deputado, foi hoje.

O Sr. Sandro Régis:- Quarta-feira. V.Ex^a ainda consultou o deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- E por que não votamos hoje? Quer deixar para amanhã?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem, então, quarta-feira.

O Sr. Sandro Régis:- Eu gostaria de ver os projetos dos deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os oito? São títulos de cidadão. Ficam para amanhã, combinado

O Sr. Sandro Régis:- Qual foi o combinado? O combinado foi que V.Ex^a iria

passar para os deputados para conhecimento dos projetos, e se votaria na quarta-feira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Serão votados os dez, a Base do governo indica seis, a Base da Oposição indica quatro e a Mesa indica um.

Carlos, solicito que mande para todos os deputados as onze personalidades que serão avaliadas aqui no Plenário.

Vamos votar o projeto de Climério por acordo e do Poder Judiciário, não é isso? Tudo bem? Está bom.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo horário, com a palavra o líder do PDT ou da Maioria para falar ou indicar orador pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, falarei pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo deputado Pastor Sargento Isidório para falar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, a Bíblia, no Salmo 133, diz: *“Oh! quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união.”* Gostaria, em primeiro plano, de aproveitar a presença do Líder do governo nesta Casa, bem como a de V.Ex^a, para pedir, Sr. Presidente, que, se necessário for, crie uma comissão de deputados para buscar com o governador a saída, a resposta para o assunto dos agentes penitenciários, para o assunto dos policiais (palmas), tendo em vista que esses pais e mães de família já estão nesta Casa há mais de 15 dias. Alguns deles vêm do interior, acampam aí sem o mínimo conforto. V.Ex^a, como bem foi dito aqui, poderia ser o paraninfo dessa comissão. O Líder do governo, deputado Zé Neto, pode, junto com V.Ex^a, fazer uma comissão, contando, inclusive, com a participação dos deputados da Oposição, para que possamos ouvir o próprio governador sobre o cumprimento da Lei nº 13.190, que trata da convocação dos agentes penitenciários, (palmas), e da outra lei que se refere aos policiais civis, escrivães, delegados, agentes e peritos, que já fizeram o concurso e o curso.

Eu não acredito que o Tribunal de Contas do Estado, que os seus dignos conselheiros fechariam os ouvidos, fariam ouvidos de mercador para a situação crítica da segurança do nosso Estado e do nosso País. Esses são excelentes profissionais da segurança. Sem segurança nós não teremos nada funcionando no nosso Estado, nem na nossa Nação. Esse é o meu posicionamento.

Sobre o Plano Estadual de Educação, que tentam botar aqui dentro com o biombo na tratativa de sexo, inclusive no meio das crianças, no fundo, no fundo, quer tratar de homossexualismo dentro das escolas. Eu quero manter o meu posicionamento, dizendo à Bahia, ao Brasil e ao mundo inteiro que eu não vou me curvar à ONU, não vou me curvar à OEA! Primeiro, porque eu não sou deputado dos Estados Unidos – estou deputado, não sou –, eu estou deputado do povo baiano, do povo brasileiro. (Palmas) Eu não sou americano, eu não tenho obrigação nenhuma de me curvar, independente, inclusive, de religião, porque essa luta pela manutenção da

natureza de Deus nas crianças, a nossa luta agrega católicos, espíritas, evangélicos, todos nós. Aqui temos deputados que confessam e professam todas as fés, e não podemos, de forma nenhuma, permitir, num Estado com tanta coisa mais grave para tratar, com tantos assuntos mais importantes, como é a questão, inclusive, das drogas... O Estado brasileiro e o baiano perderam a guerra contra o tráfico! Perderam para o tráfico!

O nosso Estado e a nossa Nação estão sendo comandados, hoje, pelo tráfico de drogas, e não podemos estar aqui, ao invés de discutirmos o tratamento, ao invés de discutirmos a educação que profissionaliza e que instrui por qual caminho a criança deve andar, tratando sobre o sexo de anjos, para tentar dizer ao menino que ele não precisa se preocupar, porque ele não é homem, nem mulher; para dizer à menina que ela não precisa se preocupar, porque ela ainda não é menina nem mulher. Não vou aceitar tal coisa!

Aí se fala nas cirurgias para que os meninos percam seus órgãos genitais, ou nas cirurgias para que as meninas que tenham deformidade nos seus órgãos possam receber implantes. É muito engraçada esta Nação! A obesidade está matando gente em tudo quanto é canto, e não há recursos para fazer cirurgias bariátricas. É muito engraçada esta Nação! As mulheres que estão com o peso das mamas prejudicando a coluna, sua anatomia não conseguem fazer a cirurgia de redução de mama. Mas este mesmo País, esta mesma Nação, esses mesmos políticos querem trazer para esta Casa a deformação sexual das pessoas.

Quem cuida de filho é o pai e é a mãe. Professores são os nossos segundos pais e nossas segundas mães, mas nesta área nós vamos continuar respeitando a natureza divina. Deus criou macho e fêmea, homem e mulher, e os abençoou. E o que passa disso é de procedência maligna. Homem com homem é lobisomem, mulher com mulher é jacaré, e ponto final.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra à nobre deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 6 minutos.

O Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Nobre presidente Sidelvan, inicialmente, quero saudar os aprovados nos concursos para agente penitenciário e policial civil que lutam aqui pelos seus direitos. Vocês contam com esta deputada. (Palmas) Espero que o deputado Adolfo traga do Tribunal alguma definição, já que tivemos do governador Rui Costa a garantia de que, a partir de uma resposta daquela Corte, os concursados poderiam, pelo menos em algum número, ser convocados.

Tenham certeza de que estaremos aqui nesta luta, porque achamos justa a reivindicação de vocês não somente do ponto de vista do combate à violência, da priorização da segurança, mas também da justiça com as pessoas que estudaram para esses concursos, que saíram dos seus empregos e querem estar conosco defendendo a população. Fico muito feliz e espero que tenhamos boas novas.

A segunda coisa que me traz aqui, Sr^{as} e Srs. Deputados, é no sentido de não confundirmos o que está sendo falado sobre o Plano Estadual de Educação, que foi debatido, discutido e votado por 48 entidades. É preciso que nós, apesar de termos divergências de opinião, não façamos o desserviço de obstruir a informação verdadeira. Hora nenhuma esse plano trata de mudança de sexo, de desvio de conduta. Ele trata de termos uma educação que respeite as diferenças, porque elas existem e nós não podemos simplesmente fechar os olhos.

Vocês que estão na Polícia Civil, em várias delegacias, sabem da violência contra a mulher, sabem da violência contra gays, sabem que muitas vezes isso é o obscurantismo predominando na própria formação dos professores, na própria formação dos adolescentes, das crianças. Não se trata de sexo.

Porque há uma diferença, vocês sabem, entre isso e se ter noções de sexualidade nas escolas. Temos de falar sobre esse tema, inclusive, para diminuirmos as gravidezes na adolescência – há altos índices desse fato –, para que possamos promover o planejamento familiar. Também é preciso que se discuta nas escolas o racismo, o sexismo – que é submeter mulheres a condições inferiores –, o *bullying* sobre estudantes da comunidade LGBT. Essas discussões são necessárias para que possamos combater esses preconceitos no ambiente escolar.

Hora nenhuma, Sr^{as} e Srs. Deputados, algum professor, em sã consciência e preocupado com uma educação para a cidadania, vai ensinar, como disse quem me antecedeu, a mudança de sexo, disso ou daquilo. Ora, venhamos e convenhamos!

Eu, uma médica séria e uma deputada que defende a diversidade, não me elegi para simplesmente ficar ouvindo coisas que são um desserviço. A formação dos professores é para a cidadania, para a diversidade, para o respeito. Assim como também temos de falar nas escolas sobre drogas. Ora, se não falarmos sobre drogas, quem é que vai ensinar o quanto elas são perigosas? Se nós não falamos sobre preconceito – que existe –, quem é que há de combater o preconceito que vigora não só nas escolas, mas também nas ruas, nas vilas, em todos os cantos.

O Plano Estadual de Educação é muito maior. Ele estabelece diretrizes constitucionais para os próximos 10 anos. E não foi a ONU nem os Estados Unidos que mencionaram nada. É um plano debatido segundo a Constituição do nosso País. Eu entendo que, às vezes, a informação chega equivocada, por isso, peço que leiam esse plano para vocês verem que não há nada além de uma educação inclusiva, para a cidadania, que respeita a diversidade, que combate o racismo, o sexismo e a homofobia.

Para combatermos essas atitudes nós temos de falar sobre elas. Não se iludam, Excelências, não é só a família que educa. Nós gostaríamos que assim fosse, mas é a escola que forma seres reflexivos; é lá que os estudantes passam a maior parte do seu tempo. Infelizmente, os membros das famílias precisam trabalhar para gerar renda, por isso não dispõem de tempo para fazer a educação. Nossas mães e nossas avós, há algum tempo, ficavam em casa cuidando dos filhos. Algumas assim ainda o fazem, mas atualmente mais de 40% são chefes de família. Eu quero pedir que realmente

leiam esse Plano Estadual de Educação e não se deixem levar por informações absolutamente equivocadas.

Eu tenho vontade de fazer uma visita à Igreja Católica para mostrar isso que está aqui. O papa Francisco – graças a Deus, um homem progressista que está à frente da Igreja – está dizendo que precisamos respeitar a diversidade, que precisamos respeitar cidadãos, e não apenas combater a violência que encontramos por aí.

Queria aproveitar, presidente, os 30 segundos que me restam para parabenizar o secretário da Saúde Fábio Vilas-Boas pelo seu cronograma de obras...

Tenho mais 5 minutos? Obrigada.

(...) Pois bem, estive ontem na inauguração da ampliação da Emergência do Hospital Ernesto Simões Filho, o que propiciará um aumento significativo de vagas em um galpão que temos na saúde, que são as vagas nas emergências.

Vimos lá que, além dessas novas vagas, essa Emergência recebeu novos tomógrafos e raios X digitais, o que é extremamente importante. Esse cronograma de obras que o secretário vem aceleradamente visitando – muitas vezes até participo dessas visitas – vai envolver vários locais. Nós temos UPAs em Conquista, Feira de Santana, Jequié, o Hospital do Cacau, a licitação do Hospital de Seabra, que é tão importante para a microrregião de Irecê. Hoje, enquanto esse Hospital de Seabra não está funcionando, temos uma superlotação de pacientes que vão para Irecê.

Deputado Herzem, é lógico que alguns já são realidades concretas, como tivemos ontem no Hospital Ernesto Simões a ampliação dos leitos de emergência. Outros são promessas que esperamos que sejam cumpridas. E serão, porque estaremos aqui, nobre presidente da Comissão de Saúde, para fiscalizar. E temos tido todas as garantias do secretário Fábio de que essas obras acontecerão, bem como as licitações.

Estava lá um grande número de pessoas reclamando devido ao atraso de pagamento, quando ouvimos a promessa do governador Rui Costa de que as terceirizadas devem, sim, se responsabilizar por pagar e valorizar esses profissionais. Então, dentro de toda essa crise, quero, como membro da Comissão de Saúde, também me associar a todos os membros dessa comissão acompanhando esse cronograma de inauguração de obras que, certamente, levam ao aumento do acesso à saúde.

Nós em Salvador não temos um hospital municipal. Agora há o anúncio de que vai ser construído um em Cajazeiras, o que é muito bom. Temos de resolver toda a situação de emergência, de UTI de alta complexidade, pois isso faz com que o SAMU, muitas vezes, não tenha, deputada Maria del Carmen, onde deixar os pacientes.

Salvador, através da gestão do governo do Estado, absorve essas vagas. Então temos investimento na área de saúde. É suficiente? Não. Está bom? Não. Na saúde nunca teremos dinheiro suficiente, porque as demandas por ela são infinitas, já que

sempre estaremos envelhecendo e sempre surgem novas doenças, como as tropicais que agora retornam por falta de saneamento básico, como a deputada Maria del Carmen tão bem sabe, levando a doenças vetoriais.

Hoje, o deputado Arimatéia presidiu uma audiência pública a respeito do assunto. Não pudemos estar presentes devido à inauguração, à entrega das 2.800 casas do programa Minha Casa Minha Vida, dos governo federal e do Estado. Mas teremos no nosso Estado e no nosso País uma associação entre doenças tropicais, as doenças degenerativas – causadas pelo envelhecimento – e as doenças decorrentes dos maus hábitos de vida, a exemplo da hipertensão arterial e a diabetes.

Então, temos que ter o cuidado, na área de saúde, de fazer ações para a prevenção, tentar hierarquizar e construir uma rede que vá da atenção básica à alta complexidade. O governo do Estado faz a sua parte na alta complexidade, nos grandes gargalos, que é a falta de vagas, a falta de emergências, a falta de UTIs, como demonstra com o brilhante equipamento inaugurado ontem, o Hospital Ernesto Simões Filho.

Quero aproveitar para falar também sobre a minha querida Cachoeira, onde a Embasa começou as obras que solicitamos, para a criação do sistema de abastecimento na região do Quebra Bunda. Ficamos muito felizes, porque aquele é um projeto que há muito tempo a comunidade demandava. Tive a felicidade de solicitar ao nosso governador e, junto com o prefeito Carlos Pereira, conseguimos ter essa obra iniciada.

Estaremos sempre em defesa daquilo que acreditamos, em defesa da valorização das pessoas, em defesa do que é justo, que é o concurso, em defesa do servidor, em defesa do Plano Estadual de Educação inclusivo, em defesa da saúde, porque tenho que ter a responsabilidade, como deputada, de defender as pessoas que me colocaram aqui, mas, sobretudo, defender a Constituição do nosso País e um Estado que é laico por excelência.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSDB-PRB-PSC-PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falarão os deputados Leur Lomanto pelo tempo de 6 minutos e o deputado Sidelvan Nóbrega por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, aqui desta tribuna tenho procurado chamar a atenção de V.Ex^{as} para a necessidade de este Parlamento não ficar omissos à grave crise na segurança pública em nosso Estado.

Já fiz diversas sugestões para que se possa melhorar a segurança pública na Bahia. Há algum tempo, estamos recebendo neste Parlamento os concursados, tanto da Polícia Civil quanto os agentes penitenciários. Não tenho dúvida de que este Parlamento, independentemente de Oposição ou de governo, está tendo um papel de fundamental importância para que a justiça seja feita e o governador Rui Costa faça a nomeação da Polícia Civil e dos agentes penitenciários.

Falarei um pouco sobre a importância, do dia de hoje, da nomeação imediata dos agentes penitenciários do Estado da Bahia. É pública e notória para a sociedade baiana a real situação dos presídios em nosso Estado: superlotação, rebelião em cima de rebelião, o crime organizado, deputada Ângela, muitas vezes comandando os presídios em nosso Estado, e o número completamente insuficiente de agentes penitenciários. Para se ter uma ideia, os números que nos chegam é que existem hoje cerca de 245 agentes para atender mais de 13 mil presos, deputado Sandro Régis! Um verdadeiro absurdo o que acontece nos presídios do Estado da Bahia.

Não é à toa o motivo pelo qual acontecem as rebeliões, pelo qual acontece, como já relatei, o domínio de organizações criminosas nos presídios do nosso Estado. Só na cidade de Jequié, na minha querida cidade de Jequié, deputado Luciano Ribeiro, o presídio, que tem a capacidade para cerca 300 presidiários, abriga mais de mil presos! Portanto, 700 a mais do que comporta o presídio da minha querida cidade de Jequié.

Então, já não é uma questão somente da nomeação, é uma questão de necessidade real, clara! E o governo insiste em não atender essa questão, que é legal, necessária! O governo insiste em continuar a preferir a nomeação através dos REDAs, creio que para atender pedidos políticos. Não quero crer que seja esse o motivo, pois é um desrespeito, uma falta de consideração com essas pessoas que estudaram, trabalharam, fizeram o concurso, foram aprovados e merecem, sim, ser nomeados pelo governo. (Palmas nas galerias.)

São 630 REDAs que estão a tomar o lugar dessas pessoas que foram aprovadas no concurso. São mais de 950 terceirizados, que, de forma ilegal, estão a tomar o lugar de pessoas que foram qualificadas e aprovadas no concurso de agentes penitenciários. (Palmas nas galerias.)

Aqui, iremos continuar a nossa cobrança. Só nos resta a nossa voz, a nossa luta! Os parlamentares, tanto da Bancada do governo quanto da Bancada de Oposição, têm feito o seu papel. E faço aqui um apelo ao presidente Marcelo Nilo que detém no seu partido o secretário, meu querido amigo Nestor Duarte, que se sensibilize, que olhe para a situação dos presídios no nosso Estado, que atenda o que a Justiça já determinou: a substituição imediata desses REDAs pelos aprovados no concurso dos agentes penitenciários no Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas nas galerias.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Com a palavra o deputado Sidelvan Nóbrega pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, trago dados sobre a Segurança Pública no Estado da Bahia. É bem verdade que nós, deputado Zé Raimundo, deputado Gika, vivemos hoje no nosso País um estado crítico, onde a democracia e os parlamentos são judicializados pelos poderes constituídos. Mas precisamos, na Segurança Pública do nosso Estado, de respostas urgentes, que continua sendo o calcanhar de Aquiles do governador Rui Costa.

É inadmissível que a Bahia continue, em 2016, entre os líderes do *ranking* de homicídios no Brasil, superado apenas pelos estados mais populosos, como São Paulo, com 3.962 homicídios, e o Rio de Janeiro, com 4.200, seguido de Pernambuco, no Nordeste, com 3.891 homicídios.

E quando se fala do interior da Bahia, deputada Maria del Carmen, os índices são alarmantes: os homicídios aumentaram 1,72%, passando de 3.549 assassinatos em 2014 para 3.610 em 2015. No total, foram 5.590 pessoas assassinadas em nosso Estado.

Daí a razão por que os deputados da Oposição vêm a esta tribuna e insistentemente pedem a nomeação dos concursados da Polícia Civil, pedem a nomeação dos concursados para os presídios do nosso Estado. Pasmem, temos, hoje, 7 presídios construídos em nosso Estado e que não estão funcionando por falta, justamente, do governador Rui Costa colocar aqueles devidamente concursados, que fizeram o concurso, estudaram, investiram em sua educação para poder prestar um serviço ao nosso Estado. (Palmas)

E o governador, simplesmente, uma hora joga o problema para o Tribunal de Contas, e outra hora, para a Procuradoria.

E essa Oposição, que é uma Oposição séria, feita pelo nosso Líder Sandro Régis, várias vezes já tentou conversar com o procurador do Estado da Bahia, e ele sempre marcando e desmarcando. Mas vamos continuar, deputado Luciano, sendo a voz do povo da nossa Bahia.

De janeiro até hoje, Sr. Presidente, já foram registrados no *site* da Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia 463 homicídios. São 463 vidas do povo da Bahia, deputada Maria del Carmen, que foram tiradas.

Será que estamos caminhando, senhoras e senhores, para mais um ano, deputado Fábio, sangrento, para desespero das famílias baianas?

Segundo Relatório da Anistia Internacional, o movimento global de luta para garantir os direitos humanos internacionalmente, que muitas vezes é evocado desta tribuna, o Brasil é o país que mais mata, e a Bahia tem contribuído muito para esses índices.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, com sua tolerância.

Apesar de o nosso País ser considerado um país pacífico, é o que mais mata o seu jovem, o seu idoso, e onde a violência tem tomado conta.

Por isso, Sr. Governador, precisamos mostrar à Bahia que o seu governo não abandona a segurança pública. E nós, da Oposição, estaremos aqui, clamando para que V.Ex^a não despreze essa área tão importante e tão prioritária para as famílias do povo baiano.

Muito obrigado, pela tolerância, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PSL para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Zé Raimundo:- Não há orador, Sr. Presidente

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pedro Tavares:- Sr. Presidente, falarei por 5 minutos; e no restante do tempo, o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa presente, começo o meu pronunciamento parabenizando esta Casa pela iniciativa de não votar hoje a urgência para o Plano de Educação da Bahia. É um projeto importante e que precisa ser melhor analisado e discutido aqui, nesta Casa.

Já bastam os diversos empréstimos que chegam aqui e são votados a toque de caixa, passando por cima das discussões, passando por cima das comissões permanentes desta Casa. Acho que esta Casa tem que ser valorizada, as comissões permanentes têm que ser valorizadas. É preciso se discutir e debater os projetos, discutir com a sociedade e com os parlamentares.

Então, quero parabenizar o nosso Líder, deputado Sandro Régis, que encampou a iniciativa e conseguiu sensibilizar o governo da necessidade da discussão desse importante projeto. E sinto que nem a Bancada do governo ainda conseguiu se entender de forma unânime sobre esse projeto. Então, realmente, é de fundamental importância que se debata, discuta-se o projeto nas comissões permanentes.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO TAVARES:- Com o aparte o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Pedro Tavares, primeiro, quero agradecer-lhe pela gentileza de suas palavras, e dizer que há momentos nesta Casa em que não são votados projetos políticos, nem de Oposição e nem de governo, são votados projetos

para a Bahia e para os baianos.

O Plano de Educação que será votado nesta Casa vai durar por alguns anos em nosso Estado. E esta Casa não tem o direito de votá-lo sem ser debatido. Esse projeto só pode vir a este Plenário quando estiver maduro, quando todos os parlamentares estiverem conscientes do que vão votar.

'E, aqui, tenho a tranquilidade para dizer que se no debate a Oposição enxergar que é bom para a Bahia não iremos nos furtar de votar favoravelmente, porque não somos Oposição à Bahia, somos Oposição ao modelo que aí está.

Por exemplo, deputado Pedro Tavares, hoje vai ser votada uma doação de terreno para a Maternidade Climério de Oliveira. A nossa Bancada se reuniu, a diretora da maternidade esteve conosco, e decidiu que não temos o direito de privar a população baiana de um benefício. Além de votar a favor, vamos assinar a dispensa de formalidades, dando um exemplo a esta Casa de que fazemos oposição com responsabilidade, que não fazemos oposição contra e nem para prejudicar ninguém, que fazemos oposição àquilo tudo que acreditamos que não seja bom para a Bahia.

Quero, aqui, dizer ao Líder do governo, deputado Zé Neto, que, na discussão do Plano de Educação, se a nossa Bancada entender que o plano é bom não irá se opor, porque o seu governo vai passar, o meu vai passar, mas a educação irá se perpetuar, e é o grande instrumento para se trazer progresso para a sociedade.

Então, deputado Pedro Tavares, quero agradecer-lhe pelas palavras e dizer que o Plano de Educação só pode vir para este Plenário quando estiver maduro, quando todos os 63 parlamentares tiverem a condição de exercer seu voto.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Incorporo o seu aparte, deputado Sandro Régis, e me associo ao pensamento de V.Ex^a, que mostra a responsabilidade da Oposição nesta Casa, neste Parlamento de votar projetos de interesse do nosso Estado. A Oposição que mostra que não é a Oposição do quanto pior melhor, que temos compromisso com os baianos.

E, para encerrar, quero, mais uma vez, associar-me à luta dos concursados da Polícia Civil e também dos aprovados no concurso para agente penitenciário, e dizer que é importante a nomeação de vocês que estudaram, que passaram noites em claro se preparando, e, por isso, é necessária a nomeação. Nomeação já dos concursados da Polícia Civil e dos agentes penitenciários da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao deputado Hildécio Meireles por 6 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, volto à tribuna nesta tarde para complementar o nosso pronunciamento feito mais cedo. De fato, queremos voltar as nossas preocupações para os problemas que estamos enfrentando em nosso Estado. Com a pauta na Câmara Federal de

discutir o processo do *impeachment* da presidente da República, temos, de certa forma, deixado de lado as grandes questões do nosso Estado. Repetidamente temos falado aqui da precariedade da segurança pública do Estado, não só no que diz respeito a pessoal, mas também das instalações físicas das nossas delegacias pelo interior do Estado, a falta de condições completas para os funcionários da Secretaria da Segurança, os equipamentos, os veículos, que são locados e não têm tido a devida manutenção, da mesma forma as penitenciárias por todo o Estado da Bahia, muitas ainda fechadas por falta de pessoal qualificado para assumir uma função tão importante, que contribui com a segurança pública da Bahia. E tantos outros problemas.

Aliás, eu quero aqui lembrar à Bancada da Oposição que estão na fila do aguardo de nomeação, deputado Zé Raimundo, V. Ex^a que é um deputado preocupado com o nosso Estado, temos vários procuradores concursados, profissionais que ajudam a incrementar a receita estadual. Por isso eu defendo que o governo da Bahia tem que se ater aos problemas da Bahia como um todo. Eu já disse aqui em outras vezes que a Bahia tem que ser governada pelo tamanho que ela tem, e não apenas com as vistas voltadas para a capital. Apesar de sabermos que o soteropolitano merece todo o respeito e toda a consideração por parte do governo do Estado, mas é preciso também que o governo volte os seus olhos para o interior da Bahia, todo o interior que tem sofrido em todos os aspectos.

A deputada Ângela Souza ali deve ser uma testemunha disso, porque sempre e sempre é solicitada por seus eleitores, por seus munícipes. Portanto é importante que todos, de fato, nos voltemos para esses problemas que a Bahia tem enfrentado. Não que se queira aqui apenas arrancar aplausos dos interessados, não que se queira aqui fazer críticas, de certa forma, radicais ao governo, mas, sobretudo, no sentido de contribuir com a sociedade baiana na medida em que a gente vem aqui e expõe uma crítica, muitas vezes, construtiva.

Defendemos que a classe dos agentes penitenciários tem que ser respeitada, os usuários, a sociedade baiana tem que ser bem tratada e, para isso, o governo do Estado tem que ter em seus quadros pessoas qualificadas. Tem que ter em seus quadros pessoas que fizeram o concurso para isso, como manda a Constituição Federal.

Por isso eu quero fazer um apelo aos deputados da Situação que, muitas vezes, colocam no seu peito um adesivo aderindo a essa movimentação, o Estado tem que fazer as suas contas e ver que é muito mais interessante para os cofres do Estado ao invés de nomear através do REDA que nomeie os concursados, para não terceirizar mão de obra específica para trabalhar no Estado. E, de fato, nomeie aqueles que fizeram o concurso, aqueles que se adequaram, aqueles que se habilitaram para oferecer, de fato, os seus serviços, a sua mão de obra de forma adequada à sociedade baiana.

Portanto, Sr. Presidente, nós queremos aqui manifestar a nossa solidariedade aos concursados, aos agentes penitenciários, o nosso interesse, a nossa reivindicação,

o nosso apelo ao governo do Estado para que, de fato, volte os seus olhos para os problemas de toda a Bahia, para os problemas que os baianos vêm enfrentando de um modo geral, sobretudo na segurança e na saúde. Um outro problema que nós sabemos que a sociedade baiana, o homem e a mulher do interior vêm sofrendo são com as dificuldades em saúde emergenciais, ou seja, quando um cidadão ou uma cidadã baiana sofre um acidente, sofre um ataque cardíaco, ou seja lá o que for, que precise de um socorro emergencial, tem sido uma luta desbravada para que se consiga uma vaga nos hospitais públicos para internar essas pessoas.

Portanto, eu reitero aqui o nosso apelo para que o governo volte os seus olhos para as áreas de segurança e saúde pública, que são, de fato, as duas áreas que têm levado o sofrimento à população baiana.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, falará a deputada Maria del Carmen por 6 minutos e pelos 6 minutos seguintes esse deputado que vos fala.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen pelo tempo de 6 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Ângela Souza, senhoras taquígrafas, senhores que estão nas Galerias, já foi reafirmado aqui por diversos oradores que me antecederam o compromisso desta Casa com a nomeação daqueles que estão aqui, que venceram, conquistaram o direito a serem nomeados por terem sido aprovados no concurso. E com certeza o governador, com a sua sensibilidade, assim que for possível, estará garantindo esse momento para que os senhores possam acessar o cargo público.

Mas, eu queria, Srs. Deputados, voltar a falar, hoje à tarde, sobre o tema tratado aqui no início desta sessão de hoje, aqui trazido pelo deputado Joseildo Ramos, quando falava do programa Minha Casa Minha Vida, que muitos dos deputados de Governo estiveram presentes, quando a Sr^a Presidenta Dilma Rousseff entregou a inúmeras famílias no Brasil inteiro a realização e a concretização dos seus sonhos.

E, deputado Herzem Gusmão, V.Ex^a que usou esta tribuna hoje falando desse tema, só quem conviveu e convive com muitas dessas famílias, como nós tivemos oportunidade de ver, e de participar de inúmeras entregas de unidades habitacionais, pelos quatro cantos desse Estado e pelo Brasil inteiro, já que eu tive oportunidade de estar na Caixa Econômica como consultor da presidência durante um período, e víamos a alegria e a emoção de tantas e tantas famílias.

Hoje, mais uma vez, essa emoção esteve presente, como esteve a semana passada, quarta-feira, em Ituberá, quando o deputado Hildécio Meireles também lá

estava, onde foram entregues à população também novas unidades habitacionais, em empreendimentos que hoje têm mais infraestrutura do que a maioria dos bairros nas pequenas cidades. Com certeza em Ituberá não tem nenhum bairro que tenha a quantidade de investimento, do ponto de vista da infraestrutura, como tem nesse novo empreendimento, porque não tem nenhum empreendimento do Minha Casa Minha Vida que não seja construído sem ter abastecimento de água adequado, não tem nenhum empreendimento do Minha Casa Minha Vida que não tenha estação de tratamento de esgoto, se lá, naquela região, já não existir esgotamento sanitário com tratamento, não tem nenhum empreendimento do Minha Casa Minha Vida, deputado Zé Raimundo, que não tenha pavimentação, passeio, drenagem, que é algo quase que impossível da gente encontrar na maioria dos municípios, dos pequenos e até dos médios municípios da Bahia, um sistema de drenagem adequado. Não tem nenhum empreendimento que não tenha praça, que não tenha área verde, que não tenha um campo de futebol ou uma quadra de esporte.

Portanto, é uma nova qualidade de vida que está se oferecendo a essa nova família, a oportunidade de criar seus filhos num outro espaço, numa outra situação, não mais correndo risco em diversos locais, porque hoje os problemas das cidades não são mais só das grandes cidades, das grandes metrópoles. Não é só Salvador que tem problemas graves, hoje, de habitação. Não é só em Salvador que as famílias habitam as encostas íngremes ou os fundos dos vales. Não é só em Salvador que as famílias estão sujeitas a terem deslizamentos de terra ou grandes alagamentos.

Já encontramos isso nas pequenas e médias cidades e encontramos, Srs. Deputados, porque não somos capazes e não temos sido capazes e aí a sociedade brasileira tem que mudar esta visão de olhar as cidades com o compromisso e a responsabilidade da função social da propriedade, tendo a coragem de utilizar áreas centrais para não estar construindo em espaços mais distantes, como vimos na última semana lá em Ituberá, onde um empreendimento está distante do centro da cidade.

Isso é o que encontramos na maioria dos municípios e em Salvador isso é mais grave ainda, porque Salvador já não tem área para crescimento, a não ser para implantação de novos empreendimentos, a não ser que a gente tenha coragem de utilizar esses espaços que ainda estão vazios na área urbana que são muitos, mas que agora no plano diretor onde está sendo concluído o debate na Câmara de Vereadores, debate às vezes, Srs. Deputados, com meia dúzia de pessoas no plenário, como se isso permitisse que tivesse sentimento de que a população fez, de fato, o debate nos diversos locais, que não vai ser atendido, não vai ser atingido nesse novo plano diretor.

Nesse plano, que deveria ser o instrumento mais importante, para concluir, Sr. Presidente, de planejamento da cidade a médio e a longo prazo, mas que infelizmente, carece de diversos compromissos nesse plano assegurado. Não tem, em nenhum momento, quantitativos estabelecidos de metas, não tem como encontrar caminhos de solução para diversos desses problemas apresentados.

Portanto, é um plano que não tem os estudos adequados, não foram realizados e

aqueles que foram realizados, foram contratados, inclusive, com profissionais de fora da Bahia, de fora de Salvador, que não conhecem a realidade profunda desta nossa cidade. Então, nessa tarde, eu queria, mais uma vez, parabenizar a presidente Dilma, quando teve a coragem de implantar um Programa como Minha Casa, Minha Vida que já levou tantas e tantas alegrias para tantos brasileiros e brasileiras.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu também gostaria de manifestar a minha congratulação ao governador Rui Costa, à presidente Dilma e ao povo de Salvador que teve, hoje, com a presença do governo federal nessa parceria, um momento espetacular em termos de conquistas, principalmente na área habitacional. E aí esse tema precisa ser olhado em sua grandeza, em suas várias dimensões. É claro que, no Brasil, o problema da habitação vem e nasce com a classe trabalhadora, ainda no final do século XIX, ao longo do século XX. Mas, de fato, esse problema não havia sido encarado com a devida dimensão.

Por exemplo, se perguntarmos a origem do nome do bairro IAPI, veremos que ali foi um conjunto habitacional construído pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários. Ou seja, era a própria cooperativa, era a própria organização dos trabalhadores, o fundo de pensão, que também contemplava a questão habitacional. O que é o Stiep hoje, o bairro do Stiep? Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Extração de Petróleo. Era uma cooperativa dos trabalhadores, através do Inocoop-base, que fazia a maioria dos conjuntos habitacionais. É claro que houve o BNH a partir do período da ditadura militar. Mas até então os programas habitacionais eram custeados pelos próprios trabalhadores e suas caixas de pensão. Era destinada uma parte desse fundo para a construção habitacional.

Esse tema está retratado numa bela coleção editada por Nabil Bonduki, professor da USP, arquiteto e vereador em São Paulo, que resgata 100 anos de habitação social no Brasil. As elites das grandes capitais não cuidaram do problema fundiário. O bairro da Liberdade foi a primeira grande invasão, nos anos 40. Há uma tese de mestrado do professor Erivaldo Fagundes Neves que trata das ocupações já nos anos 40, quando Salvador não passava de uma cidade de 280 mil habitantes.

A grande explosão vem nos anos 70 e 80 com a migração rural-urbana. E aí a ditadura militar tentou com o BNH, mas, efetivamente, foi muito pouco. Vejam aqui a Urbis. Fui morador, em Vitória da Conquista, da Urbis I. Quando lá cheguei como professor da faculdade de formação de professores, levei um cartão do presidente José Penedo. Todos os professores que foram para lá deveriam procurar a Urbis para ter uma habitação. Morei na Urbis I e morei no Inocoop II. Eram projetos muito tímidos, e olhem que Vitória da Conquista, naquele momento, foi até premiada, havia casas de

sobra nos anos 70, mas a cidade cresceu com o café.

Em Vitória da Conquista, se não fosse o governo municipal, as nossas gestões do Partido dos Trabalhadores e dos aliados, aquele município teria presenciado também uma favelização de vários bairros. Fizemos o Loteamento Vila América, com 6 mil lotes, foi a primeira grande ação da nossa Prefeitura. Depois, chegou lá a ação do governo federal. Olívio Dutra esteve em Vitória da Conquista inaugurando as primeiras casas do programa habitacional, ainda tímido, do governo Lula, no valor de R\$ 7 mil. Aquelas casas do Vila América custaram R\$ 7.200, depois foram para R\$ 12 mil, depois R\$ 28 mil e, hoje, valem R\$ 74 mil – uma casa com abatimento, praticamente um fundo social para as habitações.

Então, eu queria dizer que nesse programa, hoje, no Brasil inteiro, já há aproximadamente 5 milhões de residências entregues e contratadas. É uma revolução urbana que o País não tinha feito ao longo da sua história. Concentrou populações, a espacialização e, modéstia à parte, tenho também um artigo da história urbana de Salvador, sobre como a elite ocupou as cumeadas e como os baixios foram entregues ao povo. E o povo ficou lá, jogado nos baixios e nas aguadas. A elite, só no alto. Fizemos um seminário com o saudoso Milton Santos, do qual tive o privilégio de ser aluno no mestrado da UFBA.

Essa questão habitacional é muito séria, porque a vida das pessoas é um mecanismo de distribuição de renda e de urbanização. E o programa habitacional, e aí temos que ser críticos, também, ao Minha Casa Minha Vida, não pode ser pensado somente enquanto residência, porque a rua tem que ser a extensão da casa. E a rua tem que ser o prolongamento de uma cidade humana. A habitação é a grande questão do séc. XX. E o governo Lula teve a coragem, e Dilma mais ainda, de construir um programa que, de fato, abriga milhões e milhões de famílias que não tinham onde morar e ficavam debaixo das pontes.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSÉ RAIMUNDO:- Vou concluir dizendo que esse programa precisa ser estudado, seguido e respeitado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, ausentei-me da sessão e fui ao Tribunal de Contas do Estado onde estive com o presidente do Tribunal, que estava indo a Brasília. Estive rapidamente com o presidente e ele me assegurou que dará celeridade ao assunto, aliás, já deu celeridade. O processo de consulta chegou lá no dia 20, ele pediu que a assessoria jurídica da presidência trabalhasse no feriado, inclusive, e já

encaminhou para o Ministério Público de Contas, que é a última instância opinativa do Tribunal de Contas do Estado. Ele me garantiu que, assim que o Ministério Público de Contas se manifestar, ele levará imediatamente para que o plenário, que é soberano, decida sobre a questão dos policiais civis e dos agentes penitenciários.

Queria fazer esse comunicado a esta Casa, vamos torcer para que o Ministério Público de Contas se manifeste o mais rápido possível para que possamos ter uma decisão. Espero que seja positiva para o povo da Bahia.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar DEM/PPS para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos. (Pausa) Não havendo orador, com a palavra o nobre Líder do Governo ou da Maioria ou Líder do Bloco PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos. (Pausa) Não havendo orador, Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Matéria em regime ordinário, primeira discussão e votação o projeto de lei nº 21.854/2016, de procedência do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Federal da Bahia – UFBA, o terreno que indica.

Faltam os pareceres das comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Saúde e Saneamento, Finanças, Orçamento Fiscalização e Controle.

Designo para relatar a matéria o deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o deputado Alan Sanches para relatar a matéria.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente Leur Lomanto, deputados e deputadas, demais presentes, cidadãos que nos acompanham através da *TV Assembleia*, para mim, é extremamente gratificante ter sido escolhido pelo presidente e, também, com a anuência do deputado Zé Neto, para relatar um projeto de suma importância para a nossa cidade. Nós, a Oposição, queríamos ter votado desde o ano passado. Inclusive, tinha solicitado ao deputado Zé Neto, na época, para que pudéssemos fazer essa liberação, essa desafetação desse terreno da Climério de Oliveira. Mas, naquele momento, o governo do Estado preferiu retirar da pauta e retornou agora.

Não seria possível que esse projeto fosse votado agora se não tivesse a concordância dos deputados da Oposição, já que estamos em regime de obstrução. V.Ex^{as} e as pessoas que estão nos acompanhando sabem que estamos em regime de obstrução justamente defendendo a incorporação e o chamamento de todos os

concursados da Polícia Civil, o que vai ser importante não só para vocês, mas para a sociedade baiana que sofre com essa insegurança.

Sabendo do interesse social, da importância para a sociedade da reforma dessa maternidade - o que estamos falando aqui não é somente a doação de um terreno do Estado que desapropriou para a Climério de Oliveira, uma faculdade da UFBA, é muito mais do que isso, são 57 milhões que o governo federal estará incorporando a essa maternidade para a construção e reforma, e que vai beneficiar toda nossa sociedade.

Então, queria fazer aqui esse agradecimento a toda a Oposição, sem exceção, que viu e observou a importância desse projeto e abriu esses parênteses, deputado Adolfo, para que pudéssemos votar esse projeto.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Saúde e Saneamento e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.854/2016, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Autoriza o Poder Executivo a doar, à Universidade Federal da Bahia - UFBA, o terreno que indica’.*

Através do projeto que ora venho relatar pretende, o Poder Executivo, obter desta Casa a necessária autorização para realizar a doação de um terreno à UFBA.

A referida área está localizada na Rua do Limoeiro, em Nazaré, no Município de Salvador, e mede 1.519,45m², sendo destinada, exclusivamente, à ampliação da Maternidade Climério de Oliveira e à implantação do Instituto de Saúde e Assistência da Mulher e da Criança Climério de Oliveira -ISAMCO.

Trata-se, portanto, de medida de inquestionável interesse social, na medida em que irá possibilitar à Maternidade ‘a expansão da oferta dos serviços de saúde aos pacientes que recorrem ao Sistema Único de Saúde - SUS, em melhorias que irão beneficiar a população de todo o Estado da Bahia’, conforme registra o Sr. Governador em sua Mensagem.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2016.

Deputado Alan Sanches

Relator”

Nós sabemos o caos - o caos, literalmente - que a saúde passa. Não pelo secretário, que, pelas informações que tenho, apesar de extremamente bem-intencionado, não é ele que hoje governa aquela Pasta. Nós sabemos que a primeira-dama tem influenciado bastante - bastante - nas decisões daquela Secretaria.

Para que V.Ex^{as} saibam, perdemos o Subsecretário de Gestão, o Dr. Carlos

Emanuel. Agora em abril saiu também o Dr. Mateus Simões, que igualmente era assessor lá e chegou a ser superintendente. Temos aí 4 meses que a maior Secretaria do Estado não tem um superintendente de RH. Não existe. Imaginem, são 4 meses de interino!

Sendo dessa forma...

Eu gostaria que V.Ex^a assegurasse a minha palavra, pois estou perdendo o raciocínio.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Está assegurada, nobre relator. V.Ex^a tem a palavra.

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado, deputado Nelson Leal. É só 1 minuto. Um minuto.

Nós queimamos o tempo aqui, deputado. Eu estou no tempo que queimamos, inclusive. Nós teríamos ainda 22 minutos, que foram queimados.

Então, para concluir, nobre deputado, eu queria agradecer a todos os deputados e deputadas e pedir a aprovação deste projeto que só vai beneficiar a nossa sociedade. A Oposição faz mais uma vez a demonstração de que, no que depender dela, ela estará aqui junto com a sociedade do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Lourivaldo Júnior):- Em discussão o parecer do relator. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

Agora em primeira discussão e votação o projeto.

Em discussão. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 21.854/2016

Autoriza o Poder Executivo a doar, à Universidade Federal da Bahia - UFBA, o terreno que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Universidade Federal da

Bahia - UFBA, o terreno com área medindo 1.519,45m², localizado na Rua do Limoeiro, Nazaré, no Município de Salvador, registrado perante o 5º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Salvador - Bahia sob a matrícula nº 16.796 e no Sistema de Controle de Bens Imóveis - SIMOV, da Secretaria da Administração, sob o nº 7940.

Parágrafo único - A descrição e as coordenadas do terreno indicado neste artigo são as constantes do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - A doação do terreno de que trata o art. 1º desta Lei destina-se, exclusivamente, à ampliação da Maternidade Climério de Oliveira e à implantação do Instituto de Saúde e Assistência da Mulher e da Criança Climério de Oliveira - ISAMCO.

Art. 3º - O não cumprimento da finalidade prevista no art. 2º desta Lei, no prazo de 05 (cinco) anos, a partir da efetivação da doação, importará na reversão automática do imóvel ao patrimônio do doador.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Eu só queria fazer questão de registrar que, mesmo sabendo da condição de obstrução da Oposição a alguns projetos que estão sendo apresentados pelo governo, este projeto teve uma compreensão dela que tenho aqui de ressaltar.

Este PL trata da criação de novas vagas de obstetrícia no município de Salvador. A Climério é federal, e a sua direção vem há algum tempo pedindo a esta Casa esse terreno, podendo até perder o dinheiro se não tivesse a aprovação que está acontecendo hoje.

Então, quero agradecer a compreensão da Oposição, que agora deu uma demonstração grande de entendimento da disputa política, que tem o seu momento ideológico. Mas a que envolve este projeto de lei é uma disputa de interesses maiores e, com certeza, vai atender ao município, ao Estado, à União e às mães, que precisam de mais leitos para os seus filhos que estão chegando ao mundo e necessitam de mais conforto e segurança.

Obrigado, Oposição. Parabéns a esta Casa Legislativa, que hoje dá um exemplo de maturidade.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):-Agradeço ao deputado Sandro Régis, Líder da Oposição, e ao deputado Zé Neto pelo entendimento acerca da aprovação deste importante projeto para o Estado da Bahia.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Não podemos deixar de falar sobre o posicionamento do deputado Alan, que durante todo esse processo foi um grande guerreiro. Ele, como médico que é, conhece de perto a realidade. Quero agradecer de público ao deputado Alan pelo seu empenho.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Próximo projeto.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 21.845/2016, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que altera o *caput* do art. 16, acresce-lhe os incisos I, II e III e § 4º e altera § 3º do mesmo artigo; revoga o inciso I e altera o inciso II do art. 19, acrescentando-lhe o § 2º e renumerando o parágrafo único, todos da Lei nº 12.352, de 8 de setembro de 2011, e dá outras providências. (disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/proposicoes.php>)

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e |Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Designo para relatar a matéria o nobre deputado Nelson Leal.

Espero que seja curto o relatório.

O Sr. NELSON LEAL:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, membros da imprensa, funcionários desta Casa, é com muito prazer que vou relatar tão importante matéria.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.845/2016, de autoria do Poder Judiciário, o qual 'Altera o caput do art. 16, acresce-lhe os incisos I, II e III e § 4º e altera o § 3º do mesmo artigo; revoga o inciso I e altera o inciso II do art. 19, acrescentando-lhe o § 2º e renumerando o parágrafo único, todos da Lei nº 12.352, de 8 de setembro de 2011, e dá outras providências.'"*

Encaminha, à apreciação da Assembleia Legislativa, a Exm^a Sr^a Presidente do Tribunal de Justiça, projeto de lei propondo diversas alterações na Lei nº 12.352/2011, que 'dispõe sobre a outorga, mediante delegação a particulares, dos serviços notariais e de registros no Estado da Bahia e dá outras providências.'"

Conforme esclarece a Chefe do Poder Judiciário no ofício encaminhado a esta Casa, 'a proposta tem como escopo específico modificar a finalidade do Fundo Especial de Compensação – FECOM, de caráter privado, instituído pelo ato normativo estadual já descrito, cuja destinação originária revela-se no provimento da gratuidade dos atos praticados pelos registradores civis de pessoas naturais, bem como a promoção de compensação financeira às serventias notariais...'"

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Há um orador na tribuna. Peço silêncio aos Srs. Parlamentares.

“(...) e de registro privatizadas que não atingirem arrecadação necessária ao funcionamento e renda mínima do delegatário.

Com efeito, a modificação consiste em possibilitar que o supracitado Fundo Especial possa custear a folha de pagamento, com todos os encargos dela provenientes, dos servidores públicos do Poder Judiciário da Bahia que atuem nos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais, vez que esses se encontram exercendo função, a qual, malgrado seja considerada pública, deveria ser exercida por particulares mediante delegação.'

Ocorre que, ainda citando o ofício da Sr^a Presidente, 'com a promulgação da Lei Estadual no 12.532/2011, o Estado da Bahia, por fim, cumpriu...'

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Solicito que emprestem óculos ao deputado Nelson Leal.

O Sr. NELSON LEAL:- É perfeitamente visível o nosso relatório.

“(...) os ditames constitucionais, inclusive possibilitando aos servidores legalmente investidos na titularidade das serventias oficializadas a opção de migrar para a prestação do serviço notarial ou de registro em caráter privado, na modalidade de delegação, e procedendo, no ano de 2013, a abertura de concurso público de provas e títulos para outorga de delegações de serventias extrajudiciais de notas e de registro neste Estado, encontrando-se o certame em fase de finalização, para fins de preencher 1.383 (um mil trezentas oitenta e três) cartórios que não possuem delegatários titulares.

Busca, então, o projeto de lei ora relatado, a correção dessas distorções, 'inicialmente para alterar a finalidade do FECOM, que historicamente, desde a sua criação, consiste em um fundo superavitário, possibilitando-lhe, por meio de seu excedente orçamentário de cada exercício financeiro, custear a despesa de pessoal dos servidores públicos cuja atuação se dê nas Serventias Extrajudiciais, com competência para o Registro Civil das Pessoas Naturais', citando mais uma vez o ofício da Presidência do Tribunal.

A proposição não recebeu emendas.”

Gostaríamos de opinar pela aprovação, acrescentando a emenda de relator que estamos sugerindo.

“No entanto, com o objetivo de aperfeiçoá-la apenas no que respeita a sua forma, apresento a seguinte emenda:

Emenda de Relator:

O Projeto de Lei nº 21.845/2016 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 21.845/2016.

Altera o caput e o § 3º do art. 16, acresce-lhe os incisos I, II e III e § 4º; revoga o inciso I e altera o inciso II do art. 19, acrescentando-lhe ainda o § 2º e alterando e renumerando o parágrafo único, todos da Lei nº 12.352, de 8 de setembro de 2011.

Ar. 1º - O caput e o § 3º do art. 16 e o inciso II do art. 19, todos da Lei nº 12.352, de 8 de setembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. Fica instituído o Fundo Especial de Compensação – FECOM, de caráter privado, com a seguinte destinação:

.....

§ 3º A compensação financeira de que trata o inciso II deste artigo será fixada pelo Conselho Gestor do FECOM.”(NR)

.....

“Art. 19.

.....

II - 03 (três) representantes indicados pelo Tribunal de Justiça, sendo um da Presidência, um da Corregedoria Geral da Justiça e outro da Corregedoria das Comarcas do Interior; (NR)

Art. 2º - O art. 16 da Lei nº 12.352, de 8 de setembro de 2011, passa a vigorar acrescido dos incisos I, II e III e do § 4º, com a seguinte redação:

"Art.. 16 -

I - provimento da gratuidade dos atos praticados pelos registradores civis de pessoas naturais;

II - promover compensação financeira às serventias notariais e de registro privadas que não atingirem arrecadação necessária ao funcionamento e renda mínima do delegatário; e

III - custeio das despesas com pessoal dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais, enquanto não houver a outorga da totalidade dessas unidades extrajudiciais, desde que se verifique a existência da situação orçamentária prevista no § 4º deste artigo.

.....

§ 4º As despesas com pessoal tratadas no inciso III do presente artigo serão pagas pelo excedente dos recursos orçamentários do FECOM de cada exercício, ressalvada a hipótese de insuficiência total de recursos.” (NR)

Art. 3º - O art. 19 da Lei nº 12.352, de 8 de setembro de 2011, passa a vigorar acrescido do § 2º, alterando e renumerando para § 1º o atual parágrafo único, com a seguinte redação:

"§ 1º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, para um mandato de 2 (dois) anos, no prazo de 30 (trinta) dias após a posse da Mesa Diretora do Tribunal de Justiça, facultada a recondução por um único período.

§ 2º Os membros nomeados elegerão o Presidente do Conselho Gestor, para um mandato de 2 (dois) anos, no prazo de 30 (trinta) dias após a nomeação, facultada a reeleição por um único período." (NR)

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Fica revogado o inciso I do art. 19 da Lei nº 12.352, de 8 de setembro de 2011."

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação com a redação proposta pela Emenda de Relator.

(Lê) "Registrando ainda que a sua apreciação nesta Sessão foi possibilitada em virtude de Acordo entre as Lideranças da Assembleia Legislativa para dispensa das formalidades regimentais".

Quero agradecer tanto ao Líder Sandro Régis quanto ao Líder Zé Neto, que, sensíveis ao Tribunal de Justiça, de imediato reuniram as suas Bancadas e estamos aqui hoje votando esse importante projeto.

(Lê:) "É o parecer, s.m.j.

Sala das sessões, 26 de abril de 2016."

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Em discussão o parecer do relator. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação o parecer do relator. Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

Em discussão o projeto. (Pausa) Encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei nº 21.845/2016, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 21.845/2016

Altera o *caput* e o § 3º do art. 16, acresce-lhe os incisos I, II e III e § 4º; revoga o inciso I e altera o inciso II do art. 19, acrescentando-lhe ainda o § 2º e alterando e renumerando o parágrafo único, todos da Lei nº 12.352, de 08 de setembro de 2011.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - O *caput* e o § 3º do art. 16 e o inciso II do art. 19, todos da Lei nº 12.352, de 08 de setembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16 - Fica instituído o Fundo Especial de Compensação – FECOM, de caráter privado, com a seguinte destinação:

.....
.....

§ 3º - A compensação financeira de que trata o inciso II deste artigo será fixada pelo Conselho Gestor do FECOM." (NR)

.....
.....

"Art. 19 -

.....
II - 03 (três) representantes indicados pelo Tribunal de Justiça, sendo 01 (um) da Presidência, 01 (um) da Corregedoria Geral da Justiça e outro da Corregedoria das Comarcas do Interior;" (NR)

Art. 2º - O art. 16 da Lei nº 12.352, de 08 de setembro de 2011, passa a vigorar acrescido dos incisos I, II e III e do § 4º, com a seguinte redação:

"Art. 16 -

I - provimento da gratuidade dos atos praticados pelos registradores civis de pessoas naturais;

II - promover compensação financeira às serventias notariais e de registro privadas que não atingirem arrecadação necessária ao funcionamento e renda mínima do delegatário; e

III - custeio das despesas com pessoal dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais, enquanto não houver a outorga da totalidade dessas unidades extrajudiciais, desde que se verifique a existência da situação orçamentária prevista no § 4º deste artigo.

.....

§ 4º - As despesas com pessoal tratadas no inciso III do presente artigo serão pagas pelo excedente dos recursos orçamentários do FECOM de cada exercício, ressalvada a hipótese de insuficiência total de recursos.” (NR)

Art. 3º - O art. 19 da Lei nº 12.352, de 08 de setembro de 2011, passa a vigorar acrescido do § 2º, alterando e renumerando para § 1º o atual parágrafo único, com a seguinte redação:

“§ 1º - Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, para um mandato de 02 (dois) anos, no prazo de 30 (trinta) dias após a posse da Mesa Diretora do Tribunal de Justiça, facultada a recondução por um único período.

§ 2º - Os membros nomeados elegerão o Presidente do Conselho Gestor, para um mandato de 02 (dois) anos, no prazo de 30 (trinta) dias após a nomeação, facultada a reeleição por um único período.” (NR)

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Fica revogado o inciso I do art. 19 da Lei nº 12.352, de 08 de setembro de 2011.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2016.

Deputado Nelson Leal

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Convoco uma sessão extraordinária, a iniciar-se 1 minuto após o encerramento desta, para discussão e votação em 2º turno dos projetos votados anteriormente.

Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.